

**PERFIL**

**DA INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA EM PORTUGAL**

**HISTÓRIA**

**PROFILE**

**OF SCIENTIFIC RESEARCH IN PORTUGAL**

**HISTORY**

# PERFIL DA INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA EM PORTUGAL

## HISTÓRIA



Coordenação Científica  
Professor Doutor Valentim Alexandre

Coordenação Técnica  
Observatório das Ciências e das Tecnologias

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E DA TECNOLOGIA  
FUNDAÇÃO PARA A CIÊNCIA E A TECNOLOGIA  
OBSERVATÓRIO DAS CIÊNCIAS E DAS TECNOLOGIAS

**Tiragem / *Original Printing***

500 Exemplares/ *Units*

Maio / *May* 1999

**Editor / *Publisher***

Observatório das Ciências e das Tecnologias

**Concepção e Execução Gráfica / *Graphic Composition and Execution***

Source Direct Circuit

**Apoios / *Supports***

Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional

Praxis XXI

**Impresso / *Print***

Mirasete

**Depósito Legal**

138 282/99

**ISBN**

972-8421-51-6

## Nota de Edição

### Objectivos

O Perfil da Investigação Científica em História em Portugal faz parte de uma colecção sobre o estado de arte da Investigação & Desenvolvimento nos vários domínios científicos.

Pretende-se com este trabalho divulgar amplamente o potencial científico do domínio da História em Portugal, tendo em vista:

- a devolução à comunidade científica do conhecimento sobre si própria e a criação de um espaço de reflexão e debate sobre a situação em que esta área científica se encontra;
- a identificação e divulgação das unidades e dos investigadores que, nos diferentes sectores de execução e nas diferentes regiões do País, desenvolvem actividades de Investigação e Desenvolvimento, por forma a facilitar e potenciar os contactos entre unidades, investigadores e meio envolvente;
- a divulgação em diferentes círculos - na comunidade científica, na imprensa e órgãos de comunicação, junto de instituições de decisão política e/ou

económica - das actividades de I&D desenvolvidas em Portugal neste domínio, ajudando à formulação de medidas de política e de fomento do sistema;

- a produção de um conhecimento mais fiável da morfologia do Sistema de C&T nacional, revelando as suas dinâmicas, articulações e potencialidades.

### Fontes de informação

A informação divulgada neste perfil resulta de diferentes fontes, nomeadamente:

- Inquérito ao Potencial Científico e Tecnológico Nacional, respeitante ao ano de 1995, que tem sido o principal instrumento utilizado para a inventariação e caracterização dos recursos nacionais em C&T, permitindo a construção de indicadores de C&T relativos aos Recursos Financeiros e Humanos e às actividades de investigação em curso.
- Base de dados dos projectos financiados pelo Ministério da Ciência e da Tecnologia.
- Base de dados dos doutoramentos e equivalências a doutoramento nas Universidades portuguesas.
- Base de dados das bolsas atribuídas ao abrigo do Programa Praxis XXI.
- Base de dados do Programa de Financiamento Plurianual de Unidades de I&D.

- Catálogo de Livros Portugueses de Ciências Sociais e Humanas (1986-1996)

É importante salientar a natureza diversa destas fontes: umas decorrem da recolha de dados através de inquirição directa, enquanto outras são de natureza administrativa, resultando do registo de informação efectuado por diferentes organismos do Ministério da Ciência e da Tecnologia. A pluralidade de fontes permite formar uma imagem mais completa da ciência praticada em Portugal, mas levanta também questões de harmonização e de coerência difíceis de contornar (por exemplo, entre registos administrativos e dados obtidos por recolha directa, ou entre diferentes classificações dos domínios científicos).

### **Metodologia utilizada**

No âmbito das actividades do Observatório das Ciências e das Tecnologias, foi compilada a informação relativa à investigação em História em Portugal com recurso às fontes acima descritas. Tal informação foi submetida à apreciação de um perito, ao qual foi solicitada uma reflexão sobre as oportunidades de desenvolvimento destas áreas no futuro próximo, tendo em conta a situação actual do país e as tendências internacionais.

Assim, o presente perfil é constituído por um relatório, produzido pelo Professor Valentim Alexandre, do Instituto de Ciências Sociais (Universidade de Lisboa) e contém ainda em anexo uma série de quadros e listagens em que se resume a informação relativa ao potencial científico na área da História, recolhida nas diferentes fontes atrás referidas.

Com base no Inquérito ao Potencial Científico e Tecnológico Nacional, construíram-se indicadores referentes aos Recursos Financeiros e Humanos afectos a actividades de I&D e aos projectos desenvolvidos, considerando-se a sua distribuição segundo os diferentes Sectores de Execução (Estado, Ensino Superior e Instituições Privadas sem Fins Lucrativos) e as diferentes Regiões do País em que as unidades de investigação se inserem, bem como, sempre que possível, segundo os diferentes sub-domínios da História nos quais se desenvolvem actividades de investigação.

Relativamente à formação pós-graduada, apresenta-se informação sobre: a) bolsas atribuídas ao abrigo do Programa Praxis XXI, repartidas pelo tipo de bolsa; b) o número de doutoramentos realizados ou reconhecidos por universidades portuguesas entre 1970 e 1997 nos diferentes domínios científicos, incluindo-

-se também a listagem dos doutoramentos no domínio da História entre 1986 e 1997, disponibilizando dados sobre a data e Universidade de obtenção do grau, o nome do doutorado e o título da tese.

Em relação aos projectos financiados pelo Ministério da Ciência e da Tecnologia, este documento inclui informação sobre o número total de projectos em curso em Novembro de 1997 nos diferentes domínios científicos e respectivos financiamentos, disponibilizando-se, igualmente, uma listagem completa dos projectos da História, com referência a:

Título do Projecto  
Nome do Investigador Responsável  
Denominação da Instituição Proponente  
Montante Global do Financiamento  
Atribuído  
Data de Aprovação do Projecto  
Duração do Projecto  
Referência do Concurso

A partir do catálogo de *Livros Portugueses de Ciências Sociais e Humanas (1986-1996)*, compilado pelo CISEP e pela Biblioteca Nacional em 1997, é apresentado o número de livros publicados neste período de tempo por área científica e por domínio dentro da História.

## PERFIL DA HISTÓRIA EM PORTUGAL

# ÍNDICE

## PERFIL DA INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA EM PORTUGAL - HISTÓRIA

1. Os Elementos de Informação
2. A Evolução da Produção Historiográfica
3. As Áreas de Investigação
4. A Organização da Produção Historiográfica
5. A Avaliação do «Painel»
6. Os Critérios de Avaliação
7. Os Pontos Sensíveis
  - 7.1 Os instrumentos de trabalho
  - 7.2 A integração de novos investigadores
  - 7.3 A organização das unidades de investigação
  - 7.4 As áreas científicas a apoiar
  - 7.5 O apoio às publicações

*Curriculum Vitae* resumido do autor

## ANEXO:

### POTENCIAL CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO NACIONAL

Índice  
Nota Técnica  
Quadros, Figuras e Comentários

## LISTAGENS

1. Doutoramentos realizados ou reconhecidos por Universidades Portuguesas em História (1986 - 1997)
2. Projectos de I&D financiados pelo Ministério da Ciência e da Tecnologia, em curso em Novembro de 1997, em História







# PERFIL DA INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA EM PORTUGAL HISTÓRIA

## 1. Os Elementos de Informação

O presente perfil foi elaborado a partir da informação facultada pelo Observatório das Ciências e das Tecnologias. Em primeiro lugar, da constante do *Relatório da Avaliação de Unidades Financiadas pelo Programa Plurianual em História*, realizada em 1996 por um «Painel» de que faziam parte os Professores Reis Torgal (coordenador), Jacques Marcadé, Jaime Reis e Richard Robinson. Para além da documentação proveniente dos nove centros visitados, levámos especialmente em conta as observações do «Painel» à organização e à actividade de cada um deles, bem como os relatórios final e complementar do coordenador.

Não tendo participado do «Painel», o autor deste «Perfil» não pode fazer mais do que uma reflexão em segundo grau da realidade analisada – um inconveniente só em parte compensado, eventualmente, por um maior distanciamento crítico e sobretudo pelo recurso a outras fontes de informação, agora disponíveis, nomeadamente os quadros e gráficos construídos com base no Inquérito ao Potencial Científico e Tecnológico Nacional (Ministério da Ciência e Tecnologia, 1995). Também úteis, como elementos de comparação, foram os relatórios de avaliação respeitantes a outras Ciências Sociais e, em âmbito ainda mais geral, o relatório global apresentado pelo coordenador da avaliação, Professor Doutor Luís T. Magalhães.

Finalmente, o Catálogo dos livros portugueses em ciências sociais e humanas (1986-1996), realizado pelo CISEP - Centro de Investigação sobre Economia Portuguesa (ISEG) -, sob a orientação científica dos Professores José Luís Cardoso, João Ferrão e Rui Santos, permitiu-nos ter uma ideia mais precisa da produção historiográfica recente e do seu peso relativo no quadro das ciências sociais.

## 2. A Evolução da Produção Historiográfica

Segundo a opinião expressa pelo coordenador do «Painel» de avaliação de História nos seus relatórios, «todas as unidades [ avaliadas ] revelaram ser instituições de interesse para a



investigação histórica», tendo esta última atingido «um nível apreciável em comparação com países dotados de outras estruturas de pesquisas mais aperfeiçoadas [...]». Essa conclusão é confirmada por outros índices, que atestam a evolução positiva da historiografia portuguesa nas últimas duas décadas. Particularmente sugestivos são os números relativos aos doutoramentos realizados em Portugal e no estrangeiro (com equivalência), em História e Arqueologia, que sobem de 6 no quinquénio de 1971-1974 para 155 no de 1993-1997 (cf. Anexo, quadro nº VII). A extrema escassez inicial reflecte bem o grau de anquilosamento a que haviam chegado as universidades portuguesas, neste sector, por força de uma política maltusiana deliberadamente imposta com o objectivo de preservar situações de poder académico pessoal. Igualmente castradora era a falta de liberdade de investigação, desencorajando a pesquisa em áreas consideradas sensíveis – entre elas, toda a história contemporânea. Após 1974, a formação de novas instituições universitárias e a reforma das já existentes criaram as condições para a integração de novos investigadores, parte deles vindos da emigração, outros das colónias, outros ainda recém-formados no próprio país. Em termos globais, alargou-se o âmbito das pesquisas, começando a preencher-se muitas lacunas que se faziam sentir em vastas áreas do conhecimento histórico.

Ao nível dos doutoramentos, tradicionalmente muito demorados, esta evolução vem a notar-se sobretudo a partir de meados da década de oitenta, subindo-se progressivamente de 24 em 1978-1982 para 33 em 1983-1987, 78 em 1988-1992 e os já referidos 155 em 1993-1997. No cômputo total, cabe à História o maior número de doutoramentos no país e no estrangeiro (com equivalência), em relação ao conjunto das Ciências Sociais, que têm em geral uma linha evolutiva semelhante, mas menos marcada.

A posição relativamente favorável da pesquisa em História pode também medir-se noutra campo – o das publicações -, através do Catálogo dos livros portugueses em ciências sociais e humanas (1986-1996) acima mencionado: aí se pode verificar que das 1698 obras referenciadas, cabem à História 801, ou seja, 42,5%, muito longe de qualquer dos outros ramos do saber em causa, cada um dos quais não chega aos 10% (salvo a Filosofia, com 10,2%) (cf. Anexo, quadro nº Xa). As conclusões a tirar destes números deverão ser matizadas, tendo em conta a especificidade da produção nas diversas disciplinas, que condiciona as formas de apresentação dos respectivos resultados em algumas delas feita sobretudo através de comunicações ou de artigos. Em qualquer caso, o volume de publicações em livro de índole historiográfica merece ser sublinhado, tanto em termos relativos como em termos absolutos. É



certo que o critério assim utilizado, de ordem meramente quantitativa, tem óbvios limites. Para chegar a terreno seguro, seria necessário fazer a análise crítica das obras referenciadas – uma tarefa que excede o âmbito deste «Perfil». Pode no entanto dizer-se sem receio, por ser do consenso geral, que uma parte relevante dessa produção é de bom nível.

### 3. As Áreas de Investigação

A avaliação da produção historiográfica por áreas temáticas e, dentro delas, por períodos cronológicos tem como primeiro obstáculo a escassa fiabilidade dos elementos de informação disponíveis. A acreditarmos nos dados do Inquérito ao Potencial Científico e Nacional de 1995, estaríamos perante uma muito desigual repartição dos investigadores e doutorados em História e em Ciências Auxiliares da História por sub-domínio principal de actividade, com uma forte prevalência da História Económica e Social e da História das Ideias, a que se seguiria a História das Ciências e, a grande distância, a História Cultural e das Mentalidades, a Arqueologia e a História Institucional e Política (cf. Anexo, quadro nº VI). São resultados surpreendentes, para quem conheça minimamente a historiografia nacional recente. A realidade está decerto deformada pela grelha classificatória que lhe foi sobreposta, na qual existe uma categoria residual («outro domínio/disciplina») que agrega quase um quinto dos investigadores e na qual – e aí reside o principal factor de erro – se contrapõe uma categoria definida por um critério geográfico (a «História de Portugal») a categorias que distinguem os diferentes domínios científicos de pesquisa. Parece claro que na «História de Portugal» estão integrados investigadores e doutorados cuja actividade caberia também nos outros «items», nomeadamente a História Institucional e Política. Seria necessário um quadro que separasse História Geral, História de Portugal e História Colonial e um outro que demarcasse os diversos sub-domínios científicos, fazendo-se no interior de cada categoria a divisão por períodos cronológicos.

Na falta de tais quadros, poderemos tentar uma outra aproximação, a partir dos temas das dissertações de doutoramento defendidas nos anos de 1986-1997, segundo a lista disponibilizadas pelo OCT e pelo Instituto de Prospectiva. Utilizando uma classificação muito simples, podemos chegar a três conclusões de ordem geral: em primeiro lugar, a repartição equilibrada das dissertações por três sub-domínios, a História Económica e Social, a História Institucional e Política e a História da Cultura, das Ideias e das Mentalidades, (mas no caso desta última trata-se de uma categoria talvez demasiado ampla, a desagregar-se numa análise mais rigorosa,



que parta, não dos títulos, mas do conteúdo das teses); em segundo lugar, a prevalência da História Moderna e da História Contemporânea, cada uma delas com mais de um terço do total, em prejuízo dos períodos anteriores, preenchendo a História Medieval menos de 16% ; finalmente, o domínio quase exclusivo de temas de História de Portugal, sendo quase residual o peso dos respeitantes a outros países e ainda menor o dos relativos aos povos tocados pela expansão colonial portuguesa (estas últimas não vão além de 14 referências num total de 197, tocando 3 ao Brasil, 7 à África e 4 ao Oriente) (cf. Anexo, quadro nºIX).

A análise que acabámos de esboçar pode ser completada, e eventualmente corrigida, pela de outro tipo de informação – a extraída do já mencionado Catálogo de livros portugueses de ciências sociais, também referente aos anos de 1986-1996. As 801 obras de História aí indicadas estão repartidas em 1- «Obras gerais e de referência; teoria e metodologia da história» (45 títulos); 2- «Arqueologia» (22 títulos); 3- «História Universal e das civilizações» (21 títulos); 4- «História económica e social» (77 títulos); 5- «História política e das instituições» (170 títulos); 6- «História rural e urbana; história regional e local» (39 títulos); 7- «História da ciência, da cultura, das ideias e das mentalidades» (122 títulos); 8- «História de arte, literatura e música» (137 títulos); e 9- «História dos descobrimentos, da expansão e da colonização» (87 títulos) (cf. Anexo, quadro nº Xb).

Estamos mais uma vez perante categorias que se entrecruzam, definidas como estão a partir de critérios de índole diversa: em 1, 2, 3, 6 e 9, encontramos obras que pertencem igualmente à «História económica e social», à «História política e das instituições» ou à «História da ciência, da cultura e das mentalidades». Tanto quanto é possível ajuizar a partir dos títulos, cada uma destas três áreas de estudo deverão abranger cerca de trinta referências mais, não ficando afectada a sua posição relativa – cabendo a posição dominante à «História política e das instituições», e a última à «História económica e social» (com cerca de metade das referências da primeira) e ficando a «História da ciência, da cultura, das ideias e das mentalidades» e a «História da arte, da literatura e da música» em situação intermédia. Deve no entanto salientar -se – como fazem os próprios autores do Catálogo – que estão aqui sub-representados tanto a arqueologia como a história da arte, por se tratar de domínios «onde a mais importante produção científica tem sido veiculada», não em livros, mas «através de catálogos de exposições temáticas que reúnem textos de especialistas expressamente escritos para o efeito».

Tentando uma repartição dos livros catalogados por âmbito cronológico (mais uma vez, julgando apenas a partir dos respectivos títulos e excluindo tanto as histórias gerais como as



obras de carácter metodológico), verificamos que mais de 40% tocam a História Contemporânea (séculos XIX e XX), a qual beneficia sobretudo das contribuições da «História política e das instituições», incidindo estas últimas mais fortemente no século XX. A História Moderna (séculos XV- XVIII) é abrangida por pouco mais de um terço, com maior peso relativo da «História da arte, literatura e música», da «História da ciência, da cultura, das ideias e das mentalidades». Deve assinalar-se o relevo especial que, nas obras relativas a este período, assumem os livros respeitantes à «História dos descobrimentos, da expansão e da colonização», dedicadas na sua maioria aos séculos XV e XVI.

As épocas anteriores têm, no seu conjunto, uma expressão menor, não chegando a um quinto do total (sendo no entanto de ter em conta que em Arqueologia os resultados não são habitualmente apresentados em livro, como já referimos, o que afectará sobretudo os números respeitantes à Pré-história, à História Antiga e mesmo à História Medieval).

Saliente-se, por último, o predomínio esmagador da História de Portugal nas obras catalogadas, de entre as quais cabem a outros países ou regiões menos de trinta títulos, quase todos eles relativos à História Antiga. Neste contexto, o panorama da historiografia dedicada à colonização parece menos negro, quando comparado ao traçado a partir das teses de doutoramento defendidas em 1986-1996: nos livros, contamos 106 referências neste domínio (as 87 catalogadas na «História dos descobrimentos, da expansão e da colonização» e 19 outras insertas noutras categorias, mas que também tocam a história colonial). Pela maior parte, as obras em causa tomam como objecto a época da expansão, só 14 respeitando especificamente ao Brasil e 22 às colónias portuguesas de África. Destas últimas, só 14 versam os séculos XIX-XX, ou seja, o que se convencionou chamar o «terceiro império português». Chegámos assim a uma das conclusões fundamentais desta análise: a escassa atenção que entre nós têm merecido tanto a história do Brasil como a dos povos de África, que tão de perto se ligam à de Portugal.

#### **4. A Organização da Produção Historiográfica**

O Inquérito ao Potencial Científico e Tecnológico de 1995 recensou 75 instituições com actividades de «investigação e desenvolvimento» (I&D) em História e Ciências Auxiliares da História (cf. Quadro nº I). O inventário merece-nos reservas, tanto porque não parece incorporar a totalidades das pesquisas neste campo (por exemplo, não se faz nele qualquer referência à Universidade dos



Açores, onde se sabe existir investigação e mesmo doutoramentos em História), como sobretudo porque a distinção entre História e Ciências Auxiliares da História tem escasso significado, tal como está formulada ( a Arqueologia, a História das Artes e a História da Música, todas incluídas nas Ciências Auxiliares, pertencem de pleno direito à História, embora com fontes e metodologias específicas), abrindo aliás a porta a classificações aparentemente arbitrárias (é assim que vemos um «Instituto de História da Arte» - o da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra – incluído a 100% nas Ciências Auxiliares, enquanto que um outro – o da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa – nos aparece a 100% na História; e é assim também que nesta última nos surge igualmente um «Instituto de Paleografia e Diplomática» que parece não estar no seu lugar natural). Para mais, o parâmetro utilizado para medir a maior ou menor aplicação de recursos humanos em I&D nas diversas instituições – o ETI, ou «equivalente a tempo integral» - está construído a partir das percentagens de tempo de investigação indicadas nos respectivos relatórios, encontrando-se por isso «desacreditado na comunidade científica, por, em geral, não ter significado real e apresentar variações importantes resultantes de práticas diferentes nas várias instituições de acolhimento ou áreas científicas», práticas essas que «não correspondem a diferenças efectivas na dedicação à investigação, mas antes a convenções adoptadas para preenchimento dos formulários, uma vez que se trata de parâmetro de difícil objectivação [...] » (nas palavras do *Relatório Global de Avaliação das Unidades Financiadas pelo Programa Plurianual – Portugal, 1996*).

Registe-se ainda que ao Inquérito referido escapa a evolução mais recente, por vezes muito inovadora, como no caso da Arqueologia, onde, a par da acção das instituições académicas tradicionais, outra se tem vindo a desenvolver, em empresas privadas para o efeito constituídas ou em organismos da administração pública.

Não obstante as cautelas que estas reservas impõem, o recenseamento feito a partir do «Inquérito» referido permite formar uma ideia geral, ainda que aproximativa, das formas de organização da pesquisa historiográfica portuguesa.

Das 75 instituições referidas, 27 dedicam à História e suas Ciências Auxiliares a totalidade das suas actividades em I&D. São, na grande maioria, centros e institutos pertencentes às Faculdades de Letras das Universidades de Coimbra, Lisboa e Porto e à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (no total 19). Um outro – o Centro de Estudos de História do Atlântico – tem apenas a indicação de estar localizado na Região Autónoma da Madeira, sem referência a qualquer instituição de acolhimento, como não a tem



igualmente o Campo Arqueológico de Mértola (uma das instituições de pesquisa arqueológica mencionadas no quadro). Os 5 organismos restantes, também a 100%, são a Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses (com a maior despesa em I&D nesta área, a grande distância), dois palácios (o de Mafra e o de Sintra) e dois museus nacionais (o de Machado de Castro, em Coimbra, e o Nacional do Teatro, em Lisboa).

Em 15 outras instituições a pesquisa em História e Ciências Auxiliares terá ainda predominado, correspondendo a 50% ou mais da respectiva despesa em I&D, e noutros 7 terá sido ainda significativa, com mais de 25% dessa despesa. Trata-se, na maior parte dos casos, de centros ou institutos universitários que têm por âmbito as Ciências Sociais no seu conjunto.

Nas restantes 26 instituições mencionadas no Inquérito em causa, a investigação em História pode considerar-se residual, em termos de despesa relativa – o que não quer dizer que seja necessariamente irrelevante.

Da análise feita (e das figuras nº 5, 6 e 7, em anexo), facilmente se infere que a pesquisa neste domínio está sobretudo ligada ao Ensino Superior Público, sendo muito reduzida a parte que nela tomam as Instituições Privadas sem Fim Lucrativo (IPs/FL.). Maior papel têm os organismos estatais, que cobrem cerca de 43% da despesa em I&D nesta área. Mas deve ter-se em conta que uma parcela muito substancial dessa despesa cabe à Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, de carácter eventual e destinada a desaparecer em breve – o que deixará a investigação mais dependente ainda das Universidades, com as consequências que noutro ponto veremos.

A ligação estreita da pesquisa em História ao Ensino Superior tem como consequência a sua implantação nas zonas geográficas em que as Universidades públicas se encontram instaladas (cf. Anexo, quadros III, IV e V), nomeadamente na região de Lisboa e Vale do Tejo, com 39 unidades (distritos de Leiria, Lisboa, Santarém e Setúbal), na do Centro, com 17 (distritos de Aveiro e Coimbra), na do Norte, com 10 (distritos de Braga, Porto, Viana do Castelo e Vila Real), na do Alentejo, com 4 (distritos de Beja e Évora), na Região Autónoma da Madeira, também com 4, e na região do Algarve, com 1 (distrito de Faro).

Neste como em muitos outros sectores da vida nacional, reencontramos a divisão entre a faixa litoral, melhor equipada, e o interior, menos provido. Em termos de despesa, a





concentração é ainda maior na região de Lisboa e Vale do Tejo, que beneficia de dois terços das despesas, sobretudo por efeito do grande peso orçamental da Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses.

Apesar de tudo, a investigação historiográfica encontra-se disseminada por várias zonas geográficas, ocupando total ou parcialmente um grande número de instituições – uma dispersão que teremos de considerar como favorável, numa área científica onde as economias de escala são menos relevantes (questão a que em breve voltaremos).

## 5. A Avaliação do «Painel»

Destas 75 instituições, 8 foram avaliadas pelo Painel de História, no âmbito da Avaliação de Unidades Financiadas pelo Programa Plurianual (cf. Anexo, Quadro nº II), levada a cabo em 1996 - «Painel» que avaliou ainda uma outra, não constante da lista acima referida. O Relatório da avaliação realizada posteriormente a outros centros não se encontrava ainda disponível, à data da redacção deste «Perfil».

Estamos, portanto, perante uma amostra muito reduzida, que não pode ter-se como representativa do conjunto. No nosso caso, o Relatório relativo a 1996 serve-nos sobretudo pela visão interna que nos proporciona dos Centros abrangidos, facultando-nos uma ideia mais concreta da organização da actividade científica neste domínio.

Todas as instituições avaliadas estão ligadas a Universidades – uma à do Minho, três à do Porto, duas à de Coimbra, uma à de Lisboa e duas à Universidade Nova desta mesma cidade. A mais antiga foi fundada em 1980, duas em 1982, uma em 1988 e uma outra em 1989, datando as quatro restantes de 1993 -1994. O número global de investigadores nelas integrados é de 234, dos quais 99 doutorados, a que corresponderiam 55,5 ETI, ou «equivalentes a tempo integral» (mas para uma das unidades não dispusemos deste dado; e , de modo mais geral, já vimos as reservas que este indicador suscita).

Em sete dos Centros avaliados, a actividade de pesquisa desenvolve-se por inteiro no âmbito da História e respectivas Ciências Auxiliares (com destaque, entre estas últimas, para a Arqueologia, mas surgindo igualmente a Paleografia, a Epigrafia e a Numismática). Nos dois



restantes, a produção historiográfica representa apenas uma parte de um quadro que abrange outras Ciências Sociais.

No campo da investigação histórica, as áreas temáticas tocadas nas nove unidades em causa são as mais diversas (Arqueologia, História Económica e Social, Demografia Histórica, História das Populações e da Família, História Institucional e Política, História da Cultura e das Mentalidades, História das Ideias, História Religiosa e da Espiritualidade, História Literária, História da Arte), com incidência nas várias épocas, da Pré-história à História Contemporânea. Na esmagadora maioria dos casos, o objecto de estudo é a História de Portugal – apenas um dos Centros aponta entre os domínios científicos do seu trabalho a «História das Grandes Civilizações Antigas» e a «História Geral e Universal».

Também na sua grande maioria – com apenas duas excepções - os Centros indicam o empenhamento dos seus membros em actividades de post-graduação, nomeadamente em mestrados, por eles próprios promovidos (em quatro deles) ou organizados pelas respectivas instituições de acolhimento (em três outras).

Mau grado o seu escasso número, os Centros avaliados têm dimensões e formas de organização interna muito diversas.

Num dos extremos, surgem-nos unidades que agrupam um elevado número de investigadores, integrados em várias linhas de pesquisa, com um fraco grau de coerência interna. Em geral, seguem mais a lógica da docência do que a da investigação, reproduzindo ou pelo menos reflectindo a estrutura dos departamentos de que são a emanação. O Painel de Avaliação salientou, num dos casos, o carácter «exageradamente extenso e complexo» do centro, recomendando que fosse «repensada a sua organização, tendo em vista a eventual autonomização de algumas das suas linhas» (mas reconhecendo, simultaneamente, uma «certa eficácia» na gestão de «vida complexa» da unidade). Noutro caso, o mesmo Painel considerou «necessário e urgente repensar a organização» da unidade em causa, pondo fim ao seu «gigantismo», tendo em conta que o Centro era, «na verdade, composto por vários outros, que se deveriam certamente autonomizar» (mas ressaltando o «excelente trabalho individual realizado em certas linhas»).

Três outras unidades distinguem-se das anteriores por terem um campo de pesquisa mais bem delimitado (geralmente, uma área científica no âmbito da História e das suas Ciências Auxiliares)



e objectivos mais precisamente definidos. Por isso mesmo, integram um número de investigadores mais reduzido (entre 20 e 30). Apesar de tudo, o Painel de Avaliação não deixou de assinalar em dois desses casos a falta de coesão entre as linhas de investigação neles seguidas.

Quanto às quatro restantes unidades avaliadas, eram Centros de dimensões mais reduzidas (de 7 a 16 investigadores), constituídos em torno de um projecto definido e marcados por vezes pela personalidade do seu director ou coordenador científico. As críticas do Painel incidiram sobretudo, no que lhes respeita, nos problemas de «liderança» (ou, dito de outro modo, de direcção) e de organização interna, na insignificante capacidade de atracção de novos investigadores e na falta de meios técnicos disponíveis, nomeadamente informáticos (uma lacuna que provavelmente estará hoje preenchida).

Todas estas unidades, de âmbito maior ou menor, «revelaram ser instituições de interesse para a investigação histórica», contribuindo para o «nível apreciável» que esta atinge no nosso país – nas palavras do coordenador do Painel de História, nos dois relatórios finais que apresentou sobre a avaliação efectuada em 1996.

Mas o mesmo coordenador recomendou a reorganização desses Centros, «através da criação de grupos com projectos de investigação definidos, tendo em conta que, no momento, apesar da rentabilidade das unidades, eles não têm muitas vezes (sobretudo os centros de grande dimensão), grande coesão interna e objectivos bem demarcados, sendo compostos menos por grupos coerentes de pesquisa e sendo mais o somatório de investigadores».

Para além destes problemas de organização, os centros mostrariam igualmente «uma certa debilidade no tratamento da história comparada». Para ocorrer a esta insuficiência da investigação historiográfica portuguesa, o coordenador do Painel sugeriu o apoio à «criação de novos centros e grupos de trabalho virados para um processo de universalização de pesquisa ou de investigação em áreas temáticas, geográficas ou cronológicas delimitadas, mas inter-multidisciplinares». Tais Centros teriam «uma dimensão que, embora centrada na história portuguesa, a ultrapasse, e com um verdadeiro carácter inter-multidisciplinar».

De certo modo ligada à anterior está uma outra conclusão dos relatórios finais – a que sublinha a falta de impacte da historiografia nacional «em outros países da Europa, da América ou da Ásia, tendo em conta que as obras dela resultantes normalmente versam a realidade portuguesa e são



escritas em português. Daí que o interesse suscitado noutros países» - prossegue o relatório - «atinga especialmente o universo, já de dimensão e qualidade apreciáveis, dos “lusitanistas” e dos “hispanistas” ou alguns investigadores espanhóis e brasileiros. Não se pode afirmar, por outro lado, o que se lamenta, que os países de expressão portuguesa de África se tenham interessado muito pela pesquisa historiográfica portuguesa, devido ao estado incipiente da sua investigação nesse domínio, mas também devido ao nosso centralismo (pelo menos no que diz respeito aos centros, dado que não há nenhum centro virado para a historiografia da África, em conjugação com a área da Antropologia e da Sociologia, e a pesquisa realizada nesse domínio tem a marca particular da «História dos Descobrimentos e da Expansão»).

Estas últimas observações não são inteiramente exactas: existem – e já existiam à data da avaliação em causa, em 1996 – centros dedicados aos «estudos africanos», abrangendo a História; e também não pode aceitar-se a generalização que confere a toda a pesquisa portuguesa nesse domínio a «marca particular» da História dos Descobrimentos. Mas, no essencial, reencontramos a conclusão que já havíamos inferido da análise da produção portuguesa – o reduzido interesse que a história colonial tem merecido entre nós, nas últimas décadas, em termos quantitativos, em particular a relativa à África.

Quanto à falta de impacte exterior, em geral, o coordenador do Painel sugeriu o apoio às revistas publicadas pelos Centros (que eram nove, só nas unidades avaliadas), tendente a possibilitar-lhes uma maior internacionalização.

Por último, os relatórios finais reiteram a necessidade, já acentuada nas apreciações a cada uma das diversas unidades, de lhes serem propiciados melhores meios técnicos, humanos e materiais, designadamente de ordem informática; e sugerem também que os próprios Centros façam um «esforço de organização em grupo», que lhes permita a «rentabilização dos meios técnicos auxiliares existentes».

## **6. Os Critérios de Avaliação**

Dos relatórios que acabámos de referir, bem como dos comentários do Painel de História a cada um dos Centros que visitou, uma ideia ressalta com clareza – a avaliação menos favorável que neles se faz da organização interna da quase totalidade das unidades visitadas.



Essa ideia é retomada, a um nível mais geral, no *Relatório Global de Avaliação de Unidades Financiadas pelo Programa Plurianual – Portugal, 1996*, assinado pelo respectivo coordenador, Professor Doutor Luís T. Magalhães, onde se escreve:

«Em geral, os resultados da avaliação indicam que existe um potencial elevado para uma maior expressão e desenvolvimento de actividades de investigação de elevada qualidade internacional, em particular em consequência do aumento significativo de novos doutorados que se tem verificado recentemente. Porém, os avaliadores assinalaram deficiências estruturais na organização e constituição das unidades com consequências negativas para a actividade científica. Atribuíram essas deficiências estruturais a distorções induzidas por políticas anteriores de financiamento, em particular a consideração de escalões de financiamento mais elevados para unidades de maior dimensão (programas CIENCIA e Plurianual), a definição de áreas prioritárias de financiamento (programas CIENCIA e Praxis XXI), a ausência de financiamento apropriado das áreas de Ciências Sociais e Humanas (programas CIENCIA, Plurianual e Praxis XXI). Os avaliadores consideraram que estas políticas induziram a criação de unidades com configurações que não são as mais adequadas à actividade científica, por terem resultado, nalguns casos, em associações artificiais, ditadas mais por objectivos de aumentar o número de doutorados nas unidades e de as posicionar em áreas prioritárias de financiamento do que por razões ligadas às condições e aos resultados do trabalho de investigação».

Mais adiante, o mesmo relatório reforça este parecer, no que às Ciências Sociais e Humanas diz respeito:

«Detectou-se uma situação de fragilidade das Ciências Sociais e Humanas, comparativamente aos outros grandes agrupamentos de áreas científicas, em particular relativamente à organização da actividade científica, à existência de parcerias interdisciplinares, publicações nas melhores revistas internacionais, definição de critérios de exigência científica, adequação dos recursos disponíveis. Na opinião de vários avaliadores, tal situação deve-se em parte a estas áreas terem sido ignoradas, ou recebido pouco apoio, em programas anteriores de financiamento da investigação [...]. Foi ainda referido que a própria comunidade científica destas áreas deveria, também, reequacionar em forums próprios os seus princípios de funcionamento e critérios de avaliação, em particular dando maior ênfase ao funcionamento de redes de investigação e a publicações internacionais».



Simultaneamente, porém, os avaliadores do Painel de História não deixaram de reconhecer o «nível apreciável» da investigação em História no nosso país, assim como a própria «rentabilidade das unidades», para além do «excelente trabalho individual» realizado mesmo em Centros cuja organização apontavam como deficiente. No mesmo sentido vão aliás as observações que já fizemos neste texto a partir do Catálogo dos livros portugueses em Ciências Sociais publicados em 1986-1996, onde a parte da historiografia aparecia como muito relevante.

Há aqui (pelo menos no que à História diz respeito) uma evidente discrepância entre as debilidades denunciadas e a vitalidade da produção neste domínio científico – discrepância que nos leva a uma reflexão crítica sobre a pertinência dos próprios critérios de avaliação utilizados.

Subjacentes às apreciações críticas que vimos referindo, os parâmetros que serviram à apreciação das unidades de investigação encontram-se explicitados no citado *Relatório Global*. Entre eles estão, quanto aos resultados, a publicação nas principais revistas científicas («major research journals»), os protótipos e patentes de inovação tecnológica e o envolvimento de jovens investigadores e / ou post-doutorados na actividade de pesquisa; quanto à relevância da actividade de investigação, a multidisciplinaridade e a importância para outras áreas de pesquisa e / ou tecnologia; e, quanto à internacionalização, a publicação conjunta com investigadores estrangeiros, a participação em projectos científicos e tecnológicos com investigadores estrangeiros e a interacção com pesquisadores ou unidades de pesquisa de outros países.

Estes parâmetros adequam-se perfeitamente ao que por facilidade de expressão chamaremos as «ciências duras», nas quais o trabalho se faz necessariamente em equipa, envolvendo em geral investigadores seniores e juniores, a partir de projectos precisos, previamente definidos, sendo os respectivos resultados aferidos pela comunidade científica internacional da área em causa e correntemente avaliados, ao menos numa primeira aproximação, pela publicação em revistas científicas internacionalmente reconhecidas.

Mas é contestável que se possam aplicar à investigação em História (com a possível excepção da Arqueologia). Naquela, domina o trabalho individual, de tipo artesanal. Normalmente, os grandes projectos, com equipas numerosas e meios financeiros avultados – votados pela maior parte ao tratamento de fontes, à publicação de grandes colecções de síntese, dicionários ou outras obras do género – têm um carácter instrumental, por importantes que



sejam. Na historiografia, a produção criadora é eminentemente individual ( o que explica que se possa encontrar excelente investigação em unidades cuja organização não obedece ao modelo pré-estabelecido). Por isso mesmo, a publicação conjunta de artigos com outros investigadores – nacionais ou estrangeiros – só em raros casos, respeitantes a temas específicos, trará qualquer valor acrescentado, do ponto de vista científico.

Por outro lado, deve ter-se em conta que a historiografia, para além da sua função científica de produção de conhecimentos, desempenha uma outra - a de contribuir para a formação da memória colectiva, a vários níveis (local, regional, nacional ou internacional). É nesse campo que a História, como ramo do saber, mergulha as suas raízes; e é essa função que dá impulso às múltiplas publicações, que vão desde os artigos insertos em revistas locais ao livro. À partida, nada garante a qualidade científica de tais publicações; mas seria um erro negá-la aprioristicamente, concedendo-a apenas aos textos vindos a lume num número restrito de revistas reconhecidas.

A historiografia está assim presa a um domínio próprio, de carácter singular. Não existem uma química ou uma biologia ( para dar dois exemplos) especificamente nacionais, mas sim uma química ou uma biologia feitas em Portugal, em campos de pesquisa que são internacionais por natureza; mas existe uma História de Portugal, como estudo de um objecto específico, nas suas particularidades, com interesse sobretudo (e muitas vezes unicamente) para a comunidade nacional. As condições de «internacionalização» são obviamente diferentes nos dois sectores: nas «ciências duras», qualquer artigo de nível internacional será aceite nas revistas estrangeiras reconhecidas; já não acontecerá necessariamente o mesmo com um texto de História de Portugal, por excelente que seja, tudo dependendo do interesse do tema para um público não português. A dificuldade não está apenas na questão da língua, como por vezes se supõe, a que se obviaria pelo apoio a traduções: sirva de exemplo o caso da grande tese de Albert Silbert sobre o Portugal mediterrâneo, escrita e publicada em francês, que nunca obteve o reconhecimento merecido no seu próprio país – precisamente porque se ocupava, não do «Mâconnais» ou do «Beauvisis», mas de uma zona remota de uma nação obscura.

Poderá decerto argumentar-se que, sendo esta a situação actual, se deverá evoluir para uma outra, mais próxima do padrão das «ciências duras», privilegiando a história comparada e os temas que possam suscitar o interesse internacional. Mas tal «normalização» tenderia a eliminar, ou pelo menos a subalternizar, sem qualquer razão científica de fundo, vastos domínios da



história portuguesa. À perversão nacionalista, que tantos males causou neste campo, sucederia uma outra, de teor europeísta ou globalizante.

A «internacionalização» é sem dúvida necessária, se por tal se entender o indispensável conhecimento das perspectivas e das metodologias mais recentes em curso no estrangeiro. Por isso mesmo, deve incentivar-se o intercâmbio com instituições científicas do exterior, sobretudo útil para os jovens investigadores, que podem contribuir para renovar e revitalizar os centros nacionais. Também o apoio à publicação no estrangeiro de parte da produção nacional que a isso se preste será bem-vinda. Como critério de avaliação, no entanto, a «internacionalização» é contestável, na área da História, onde não basta contabilizar o número de artigos publicados em revistas reconhecidas – nacionais ou estrangeiras – para aferir da qualidade do trabalho de um investigador ou de um centro.

Quer isto dizer que, pelo menos quanto à historiografia, os critérios de avaliação de ordem substantiva devem sobrepor-se aos meramente formais, de índole quantitativa – o que implica que os respectivos Painéis sejam constituídos por investigadores de méritos reconhecidos (como tem sido prática corrente) que sejam igualmente especialistas dos sub-domínios a avaliar (o que só eventualmente terá acontecido até agora). A esses Painéis competiria a análise da produção dos centros, sob o ponto de vista qualitativo, talvez pela leitura de um número restrito de publicações que as próprias unidades indicassem como mais representativas ou, eventualmente, por sondagens; e competiria igualmente fazer a avaliação concreta da relação entre os financiamentos dos projectos, sobretudo os de maior vulto, e os resultados obtidos.

Não se desconhecem as dificuldades da via assim sugerida, decerto complexa e morosa. Ela parece-nos, no entanto, a única forma de ultrapassar as falsas certezas de uma avaliação de tipo quantitativo e de carácter formal.

## **7. Os Pontos Sensíveis**

### **7.1 Os instrumentos de trabalho**

Por grande parte, a produtividade da actividade historiográfica joga-se a montante dos projectos científicos, nos instrumentos colocados à disposição dos investigadores – no essencial,





a rede de bibliotecas e arquivos, que fornecem a matéria-prima (as fontes) com que se trabalha neste domínio (ressalvando mais uma vez a excepção importante da Arqueologia). Por maior que seja o financiamento dos projectos, por mais apropriada que seja a sua distribuição, os resultados padecerão sempre das deficiências na organização e funcionamento das instituições que servem de base à pesquisa. É este um ponto que as políticas oficiais parecem desconhecer – e que nunca será demais sublinhar.

No caso português, todos se acordarão em que o estrangulamento é dos mais graves. Reconhece-o o coordenador do Painel de História, no seu relatório complementar: « [...] deve dizer-se [...] que é necessário e urgente lançar todo um processo de modernização das estruturas de pesquisa, nomeadamente as bibliotecas e os arquivos. Não é possível falar de desenvolvimento da investigação em História, e em outras ciências sociais e humanas, com bibliotecas e arquivos que funcionam em regime «artesanal», em que não há acesso a catálogos onomásticos e temáticos, por forma computadorizada ou mesmo em breves de papel. Já nem se fala da consulta livre de depósitos, que só existem em bibliotecas novas e dotadas de poucas espécies bibliográficas».

A estas palavras deve apenas acrescentar-se, quanto aos arquivos, que neles existem fundos documentais de importância mundial, escassamente aproveitados por falta de catalogação apropriada e de outros meios de consulta e de reprodução. Aí estará uma das razões para a débil produção no domínio da história colonial, que constatámos no ponto 2. Em sentido contrário, pode por exemplo verificar-se, no caso do espólio de Salazar, o impulso que a existência de um bom inventário dá à pesquisa, suscitando uma intensa procura e servindo de base a vários projectos.

Quanto às bibliotecas, bastará lembrar aqui o estado calamitoso da própria Biblioteca Nacional, com os seus milhares de obras em mau estado, a degradação inadmissível de colecções essenciais, a demora na reprodução de documentos (para referir apenas alguns dos problemas fundamentais).

Não está em causa, em qualquer dos casos, a diligência e a boa vontade do respectivo pessoal, muitas vezes inextinguível – mas sim a escassez de meios. É justo reconhecer, aliás, que algo se fez nos últimos anos neste domínio (na Biblioteca Nacional e no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, por exemplo). Mas falta continuidade a esses esforços, por razões que têm a



ver com a política orçamental, a outro nível definida. A própria modernização por vezes encetada – microfilmagem de documentos ou sua transposição para disco óptico – frequentemente não é feita nas melhores condições técnicas, provavelmente porque se escolhem as soluções menos dispendiosas, com o ónus correspondente para os investigadores, obrigados a uma leitura penosa e deficiente.

De tudo isto ressalta a necessidade de um investimento sólido e continuado neste sector, sem o que tudo o mais se encontrará comprometido. Estamos perante um problema de fundo, não apenas da História, mas de toda a cultura portuguesa, que merece o esforço conjugado dos ministérios a que diz respeito.

## **7.2 A integração de novos investigadores**

Um segundo obstáculo, talvez ainda mais grave, ao desenvolvimento da actividade e da produção na área da História está nas dificuldades que a integração de novos investigadores já hoje conhece.

Vimos, no ponto 2 deste «Perfil», que a expansão da historiografia portuguesa, após 1974 – medida nomeadamente pelo forte aumento do número de doutoramentos realizados – fora propiciada pela criação de novas instituições universitárias e pela reforma das já existentes, umas e outras abrindo as portas e criando os espaços que aproveitaram aos novos investigadores. Terminado esse processo de transição e estabilizado o sistema, essas portas tenderam a fechar-se. Entretanto, a criação dos mestrados concedeu uma saída provisória aos jovens licenciados interessados pela investigação, permitindo igualmente, pela própria prática, fazer a escolha dos realmente dotados. Os mestrados têm por isso mesmo tido uma função positiva, no quadro da pesquisa historiográfica portuguesa. Mas, salvo raras excepções, aos investigadores assim revelados não se abrem quaisquer perspectivas de integração no sistema universitário. Para mais, o número de bolsas concedidas no sector de História, bem como nas Ciências Sociais em geral, tem sido baixo (cf. Anexo, quadro nº XI). Aos possuidores do mestrado não resta em geral outra alternativa se não a de mudarem de rumo ou a de se ocuparem mais ou menos pontualmente como tarefeiros.

De certo benéfica, a concessão de um maior número de bolsas para doutoramento não resolverá inteiramente o problema, limitando-se a deslocá-lo, na medida em que os quadros de



docentes das diversas instituições universitárias se encontram preenchidos, estando além disso sujeitos às limitações impostas pela relação entre o número de professores e o de alunos.

A resposta passará provavelmente pela criação de quadros de investigadores. Seria também desejável uma maior mobilidade entre docência e investigação, aliviando os docentes de parte de uma carga lectiva que lhes prejudica o trabalho de pesquisa (a licença sabática é obviamente insuficiente) e possibilitando novas contratações.

### **7.3 A organização das unidades de investigação**

Referimos já, no decorrer deste «Perfil», que as unidades de investigação em História sofrem na sua maioria de deficiências de organização interna, verificadas, quanto a algumas delas, na avaliação efectuada pelo respectivo Painel, em 1996; mas vimos também que essas deficiências estão longe de se nos revelarem como decisivas, não impedindo a realização de pesquisas individuais de qualidade, dado o carácter artesanal que o trabalho neste ramo do saber assume, pela sua maior parte. Esta conclusão aconselha a adopção de uma atitude de grande flexibilidade perante a questão da organização interna dos Centros, não procurando impor qualquer modelo pré-estabelecido.

Não quer isto dizer, por outro lado, que tudo deva ficar como está. Das recomendações do coordenador do «Painel de História», quanto a este ponto, reteremos duas: a que preconiza o apoio para melhoria dos meios técnicos existentes, com a correspondente reorganização dos Centros em causa para o aproveitamento mais eficaz desses meios; e a que chama a atenção para a necessidade de financiar as unidades de menores dimensões, «eventualmente inovadoras e porventura mais jovens e dinâmicas», prejudicadas por uma política que privilegia o número de doutorados.

### **7.4 As áreas científicas a apoiar**

Entendemos – e será decerto do consenso geral – que a investigação em História deve ser livre, no sentido de que deve haver total liberdade não apenas na realização das pesquisas, mas também na escolha dos respectivos temas, sem os enfiamentos provocados por uma eventual política que beneficie esta ou aquela área, por razões extra-científicas.



Justificar-se-á, no entanto, um apoio específico a domínios que lutem com dificuldades próprias, conjunturais ou estruturais.

Tal será o caso da Arqueologia, pelos meios financeiros necessários ao trabalho de pesquisa - meios que têm vindo aliás a ser facultados por diversas fontes. Neste sector, a principal lacuna está na falta dos meios técnicos laboratoriais indispensáveis.

Por outras razões, estará nas mesmas circunstâncias a História dos países de expressão oficial portuguesa, que não se confunde com a de Portugal, mas com ela se articula. Trata-se de uma área que, como vimos, tem merecido uma escassa atenção dos investigadores portugueses, sobretudo no que ao Brasil e à África diz respeito. Cremos que, neste caso, a modernização dos arquivos seria um passo decisivo, facilitando as pesquisas e atraindo por isso mesmo os historiadores a esta temática. Um outro passo importante estaria no apoio à constituição de projectos conjuntos de investigadores dos vários países em causa, abrindo decididamente a porta à comparação de perspectivas diversas, nascidas de diferentes percursos históricos. A próxima extinção da Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses libertará verbas que seriam bem aplicadas neste campo. Indo um pouco mais longe, poderia pensar-se em dar uma base institucional a estes projectos, centralizando-os num organismo específico – que poderia ser o Instituto de Investigação Científica Tropical, uma vez remodelado; ou, talvez mais facilmente, uma instituição a criar de novo, que sirva de ponto de apoio a investigadores e a actividades actualmente isoladas ou dispersas por diversos centros (função que o referido Instituto poderia igualmente cumprir, se nesse sentido fosse organizado).

#### **7.5 O apoio às publicações**

As múltiplas publicações no âmbito da historiografia a que fizemos referência no ponto 2. não seriam possíveis sem o apoio à edição proporcionado por diversas instituições, nomeadamente o Instituto Camões, o Instituto Português do Livro e das Bibliotecas e a Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses. A continuação desse apoio é indispensável, em particular quanto às teses de doutoramento e de mestrado, a grande maioria das quais não saíam sem ele do limbo dos exemplares policopiados.

Um outro aspecto da actividade destas instituições deve ser reforçado: o da divulgação das obras no estrangeiro. Aqui, os limites são óbvios, decorrentes da língua e do interesse marginal



que os assuntos portugueses merecem no exterior. Mas muito há a fazer, tanto no sentido de pôr os livros e revistas nacionais ao alcance de “lusitanistas” e “hispanistas”, como sobretudo no de resolver o problema da sua circulação nos mercados brasileiro e nos países africanos de língua portuguesa (ou, dito de outra maneira e mais correctamente, o problema de circulação das obras dos países de língua portuguesa entre si). No caso de obras de interesse mais geral, justifica-se igualmente o apoio à respectiva tradução.

Tais são, a nosso ver, os pontos da produção historiográfica, indo de montante a juzante. Resta-nos acentuar que os dois primeiros – os relativos aos instrumentos de trabalho e à integração de novos investigadores – condicionam todos os demais: se não resolvidos, travarão fortemente o desenvolvimento deste ramo do saber em Portugal.

Março 1999

*Valentim Alexandre*



## *CURRICULUM VITAE* RESUMIDO DO AUTOR

**Valentim Alexandre** é investigador do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Doutorou-se em História Institucional e Política na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Licenciado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, fez estudos de pós-graduação em Ciências Políticas no Institut Universitaire de Hautes Etudes Internationales de Genebra. De 1975 a 1990 foi docente de História do ISCTE. Tem publicado vários livros e artigos nas áreas da política colonial e das relações externas portuguesas. É membro do Conselho Científico da Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses.





## Índice

### Quadro I

Instituições com actividades de I&D em História e Ciências Auxiliares da História

### Quadro II

Unidades de História financiadas pelo Programa Plurianual

#### Figura 1

Repartição da despesa, do pessoal e dos projectos em História e Ciências Auxiliares da História por sub-domínio

#### Figura 2

Repartição da despesa em actividades de I&D em História e Ciências Auxiliares da História por sub-domínio, segundo o sector de execução

#### Figura 3

Repartição do pessoal em actividades de I&D em História e Ciências Auxiliares da História por sub-domínio, segundo o sector de execução

#### Figura 4

Repartição dos projectos de I&D em História e Ciências Auxiliares da História por sub-domínio, segundo o sector de execução

### Quadro III

Distribuição das unidades com actividades de I&D em História e Ciências Auxiliares da História por região e distrito e segundo o sector de execução

### Quadro IV

Distribuição da despesa em actividades de I&D em História e Ciências Auxiliares da História por região e distrito e segundo o sector de execução

### Quadro V

Distribuição do pessoal em actividades de I&D em História e Ciências Auxiliares da História por região e distrito e segundo o sector de execução

#### Figura 5

Repartição da despesa em actividades de I&D em História e Ciências Auxiliares da História por sector de execução





#### Figura 6

Repartição do pessoal em actividades de I&D em História e Ciências Auxiliares da História por sector de execução

#### Figura 7

Repartição dos projectos de I&D em História e Ciências Auxiliares da História por sector de execução

#### Quadro VI

Investigadores e doutorados em História e Ciências Auxiliares da História por sub-domínio principal de actividade e segundo o sector de execução

#### Quadro VII

Doutoramentos realizados ou reconhecidos por universidades portuguesas por domínio científico (1970-1997)

#### Quadro VIII

Doutoramentos em História e Ciências Auxiliares da História realizados ou reconhecidos por universidades portuguesas entre 1986 e 1997, por instituição

#### Quadro IX

Repartição dos doutoramentos e equivalências a doutoramento em História, por temas, 1986-1997

#### Quadro Xa

Distribuição por domínio dos livros portugueses de Ciências Sociais e Humanas publicados entre 1986 e 1996

#### Quadro Xb

Distribuição por domínio dos livros portugueses de História publicados entre 1986 e 1996

#### Quadro XI

Bolsas atribuídas no âmbito do Programa Praxis XXI

#### Quadro XII

Projectos de I&D em História e Ciências Auxiliares da História em colaboração com outros países

#### Quadro XIII

Quadro-resumo dos projectos em curso financiados pelo Ministério da Ciência e da Tecnologia

#### Figura 8

Repartição da despesa em actividades de I&D nas Ciências Sociais e Humanas

#### Figura 9

Repartição do pessoal em actividade de I&D nas Ciências Sociais e Humanas



Figura 10

Doutorados nas Ciências Sociais e Humanas

Figura 11

Bolseiros nas Ciências Sociais e Humanas

Figura 12

Repartição dos projectos de I&D nas Ciências Sociais e Humanas



## Nota Técnica

Como já foi referido na introdução do volume, a informação contida neste anexo resulta da exploração de diferentes fontes, sendo importante explicitar aqui as principais questões técnicas e conceptuais a ter em conta na leitura dos dados divulgados.

No que respeita à informação proveniente do Inquérito ao Potencial Científico e Tecnológico Nacional, disponibiliza-se, em primeiro lugar, dados sobre a despesa e o pessoal afecto a actividades de Investigação e Desenvolvimento (I&D) no ano de 1995, no domínio da História, sendo importante realçar que os valores globais apresentados provêm de um recenseamento de instituições e investigadores.

O conceito de Investigação e Desenvolvimento (I&D) adoptado encontra-se definido no Manual de Frascati (OCDE, Paris, 1993), englobando “os trabalhos criativos prosseguidos de forma sistemática com vista a ampliar o conjunto dos conhecimentos, incluindo o conhecimento do homem, da cultura e da sociedade, bem como a utilização desse conjunto de conhecimentos em novas aplicações”.

Relativamente aos Recursos Humanos, a informação é expressa em Equivalente a Tempo Integral (ETI), que consiste na percentagem de tempo médio de exercício efectivo de actividades de I&D declarada pelos investigadores. Os efectivos em ETI são calculados somando o número de indivíduos a tempo integral com as fracções do dia normal de trabalho dos indivíduos a tempo parcial. O tempo de referência para o tempo integral, contudo, é sempre a unidade “pessoa/ano”.

Os referidos indicadores são ainda desagregados por sector de execução, nomeadamente Estado, Ensino Superior e Instituições Privadas sem Fins Lucrativos (IPs/FL) e por região, tendo sido considerados, quer as NUTS II (Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos) - Norte, Centro, Lisboa e Vale do Tejo, Alentejo, Algarve, Região Autónoma dos Açores e Região Autónoma da Madeira - quer os distritos.



Os dados apresentados baseiam-se na repartição que as unidades inquiridas fizeram das suas actividades pelos diferentes domínios científicos, utilizando para o efeito a designada classificação SEFOR/JNICT. Esta classificação, utilizada desde 1974 para fins de inventariação do potencial científico e tecnológico, está neste momento a ser alvo de um processo de revisão, com o objectivo de ultrapassar problemas relacionados com a sua adequação ao dinamismo e evolução das principais áreas de investigação científica em Portugal (problemas que são já mencionados no próprio texto). No caso do presente perfil, existindo na dita classificação dois domínios muito próximos, História e Ciências Auxiliares da História, em alguns quadros e figuras os respectivos valores são apresentados discriminados e noutros agregados. No Inquérito ao Potencial Científico e Tecnológico Nacional de 1997 iniciou-se um processo de revisão da nomenclatura, tendo-se optado por uma classificação discriminada em 30 categorias respeitantes a grandes áreas disciplinares (das quais consta História e Arqueologia), pela qual as instituições identificavam a repartição percentual dos recursos afectos a I&D, sendo ainda pedido aos investigadores que nomeassem a sua actividade principal através de palavras-chave.

No que diz respeito às restantes fontes de informação, a classificação por domínio científico foi atribuída pelo OCT com base nas grandes áreas científicas definidas para efeitos do Programa de Financiamento Plurianual, entre as quais se incluem a História.

A informação sobre os doutoramentos obtidos ou reconhecidos por universidades portuguesas está actualizada a 1997 e provém das próprias universidades, que disponibilizam os seus registos administrativos ao Observatório das Ciências e das Tecnologias sob licença do Instituto de Prospectiva (que iniciou o processo).

Com base nas candidaturas a bolsas no âmbito do Programa Praxis XXI, disponibiliza-se informação sobre o total de bolsas atribuídas desde 1994 até 1996, ventilada por tipo de bolsa e por domínio científico.

Para efeitos de caracterização da actividade científica na História, explorou-se informação proveniente de várias fontes. Por um lado, identificaram-se os projectos de I&D em curso em 1995 declarados pelas unidades que responderam ao Inquérito ao Potencial Científico e Tecnológico Nacional e cujo domínio principal se situa no âmbito da História e Ciências Auxiliares da História e analisou-se a sua distribuição por sector de execução e por colaboração internacional. Por outro lado, disponibiliza-se informação sobre os projectos financiados pelo



Ministério da Ciência e da Tecnologia em curso em Novembro de 1997, tendo estes dados sido recolhidos nas candidaturas apresentadas aos concursos nacionais, lançados através do Serviço de Programas e Projectos (SPP) da Fundação para a Ciência e a Tecnologia e do Gabinete de Gestão do PRAXIS XXI. A partir do catálogo de *Livros Portugueses de Ciências Sociais e Humanas (1986-1996)*, compilado pelo CISEP e pela Biblioteca Nacional em 1997, é apresentado o número de livros publicados neste período de tempo por área científica e por domínio dentro da História.

**Quadro I**  
**Instituições com actividades de I&D em História**  
**e Ciências Auxiliares da História**



DENOMINAÇÃO	INSTITUIÇÃO DE ACOLHIMENTO	DISTRITO/ REGIÃO AUTÓNOMA	Peso da investigação em História* (%)	Despesa em I&D em História (10 <sup>3</sup> Esc)	Pessoal em I&D em História (ETI)	Peso da investigação em C. Auxiliares da História* (%)	Despesa em I&D em C. Auxiliares da História (10 <sup>3</sup> Esc)	Pessoal em I&D em C. Auxiliares da História (ETI)
MISSÃO NACIONAL PARA AS COMEMORAÇÕES DOS DESCOBRIMENTOS PORTUGUESES		LISBOA	40	254 298,4	2,8	60	381 447,6	4,3
INSTITUTO DE HISTÓRIA DA ARTE	FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA	COIMBRA				100	28 201,0	5,1
INSTITUTO DE ARQUEOLOGIA	FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA	COIMBRA				100	23 201,0	4,1
INSTITUTO DE ARQUEOLOGIA	FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DO PORTO	PORTO				100	21 900,0	3,7
PALÁCIO NACIONAL DE MAFRA		LISBOA				100	20 842,0	3,4
CENTRO DE ESTUDOS ARQUEOLÓGICOS	FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA	COIMBRA				100	19 021,0	3,5
PALÁCIO NACIONAL DE SINTRA		LISBOA				100	17 401,0	6,5
CAMPO ARQUEOLÓGICO DE MÉRTOLA		BEJA	50	14 119,5	7,3	50	14 119,5	7,3
MUSEU NACIONAL DE MACHADO DE CASTRO		COIMBRA				100	12 490,0	3,0
CENTRO DE ESTUDOS DE HISTÓRIA E CARTOGRAFIA ANTIGA	INSTITUTO DE INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA E TROPICAL	LISBOA	80	42 990,4	13,4	20	10 747,6	3,4
CENTRO DE ESTUDOS HISTÓRICOS	FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS DA UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA	LISBOA	50	10 551,0	1,8	50	10 551,0	1,8
SEMINÁRIO LIVRE DE HISTÓRIA DAS IDEIAS	FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS DA UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA	LISBOA	50	8 660,0	2,2	50	8 660,0	2,2
MUSEU NACIONAL DO TEATRO		LISBOA				100	4 682,0	0,8
CENTRO DE ESTUDOS DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA PORTUGUESA - CEHCP	INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS DO TRABALHO E DA EMPRESA - ISCTE	LISBOA	100	46 676,0	8,1			
CENTRO DE ESTUDOS DE HISTÓRIA DO ATLÂNTICO - CEHA		R. A. MADEIRA	100	25 687,0	5,8			
INSTITUTO DE HISTÓRIA DA EXPANSÃO ULTRAMARINA	FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA	COIMBRA	100	9 194,0	1,5			
INSTITUTO DE HISTÓRIA E TEORIA DAS IDEIAS	FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA	COIMBRA	100	50 067,0	9,0			
INSTITUTO DE PALEOGRAFIA E DIPLOMÁTICA	FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA	COIMBRA	100	7 167,0	1,4			
INSTITUTO DE HISTÓRIA DE ARTE	FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DE LISBOA	LISBOA	100	13 807,0	2,6			
INSTITUTO HISTÓRICO FERNÃO LOPES	FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DE LISBOA	LISBOA	100	18 022,0	3,0			
INSTITUTO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA	FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS DA UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA	LISBOA	100	17 908,0	3,5			
INSTITUTO DE SOCIOLOGIA HISTÓRICA	FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS DA UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA	LISBOA	100	7 426,0	1,4			
CENTRO DE HISTÓRIA DA ESPIRITUALIDADE	FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DO PORTO	PORTO	100	15 041,0	2,7			
CENTRO DE HISTÓRIA DA SOCIEDADE E DA CULTURA	FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA	COIMBRA	100	76 290,0	10,4			
CENTRO DE HISTÓRIA DE ALÉM-MAR	FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS DA UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA	LISBOA	100	47 974,0	12,8			
CENTRO DE HISTÓRIA	FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DE LISBOA	LISBOA	100	77 160,0	11,2			
CENTRO DE HISTÓRIA	FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DO PORTO	PORTO	100	58 727,0	11,0			
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA	UNIVERSIDADE DE ÉVORA	ÉVORA	60	3 307,8	0,8	35	1 929,6	0,5
DEPARTAMENTO DE FÍSICA	FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA	COIMBRA	90	20 569,5	4,4			
CENTRO DE PRÉ-HISTÓRIA E ARQUEOLOGIA	INSTITUTO DE INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA E TROPICAL	LISBOA	50	8 791,0	2,0	25	4 395,5	1,0
MUSEU DE JOSÉ MALHOA		LEIRIA	15	991,2	0,3	60	3 964,8	1,0
DIRECÇÃO REGIONAL DOS ASSUNTOS CULTURAIS - DRAC		R. A. MADEIRA	50	4 554,5	1,5	25	2 277,3	0,7
ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE DESENVOLVIMENTO E COMUNICAÇÕES - APDC		LISBOA	70	0,0	0,7			
INSTITUTO DE HISTÓRIA ECONÓMICA E SOCIAL	FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA	COIMBRA	63	24 495,0	4,0			
MUSEU NACIONAL DO TRAJE		LISBOA	30	6 237,3	1,8	30	6 237,3	1,8
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO EM CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS	UNIVERSIDADE DE ÉVORA	ÉVORA	60	38 724,0	9,2			
CENTRO DE HISTÓRIA DA ARTE	UNIVERSIDADE DE ÉVORA	ÉVORA				50	9 727,0	1,7
MUSEU ETNOGRÁFICO E ARQUEOLÓGICO DR JOAQUIM MANSO		LEIRIA				50	4 696,5	1,0
INSTITUTO ORIENTAL	FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS DA UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA	LISBOA	25	2 487,3	0,8	25	2 487,3	0,8
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA E TEORIA DAS IDEIAS	FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS DA UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA	LISBOA	50	7 489,0	1,5			
CENTRO DE ESTUDOS DA POPULAÇÃO E FAMÍLIA - CEPFAM	FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DO PORTO	PORTO	50	16 001,0	2,2			
CENTRO DE HISTÓRIA DA CULTURA	FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS DA UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA	LISBOA	50	35 477,5	10,0			
CENTRO DE ESTUDOS DE SOCIOLOGIA	FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS DA UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA	LISBOA				40	17 846,4	3,3
CENTRO DE INVESTIGAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS - CICSA	FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA DA UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA	SETÚBAL	40	53 400,0	12,8			
CENTRO DE ESTUDOS AFRICANOS E ORIENTAIS	UNIVERSIDADE PORTUGALENSE INFANTE D HENRIQUE	PORTO	40	18 714,0	3,8			
CENTRO DE CIÊNCIAS HISTÓRICAS E SOCIAIS	INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIVERSIDADE DO MINHO	BRAGA	29	48 933,7	9,9	6	10 124,2	2,0
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS	UNIVERSIDADE DE LISBOA	LISBOA	31	68 824,3	9,4			
CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA - CML		LISBOA	15	12 415,5	4,2	15	12 415,5	4,2
CENTRO DE ESTUDOS AFRICANOS E ASIÁTICOS	INSTITUTO DE INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA E TROPICAL	LISBOA	30	11 696,4	2,5			
INSTITUTO INTEGRADO DE APOIO À INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA - IAIC	UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA	LISBOA	21	38 038,6	3,9			

DENOMINAÇÃO	INSTITUIÇÃO DE ACOLHIMENTO	DISTRITO/ REGIÃO AUTÓNOMA	Peso da investigação em História* (%)	Despesa em I&D em História (10 <sup>3</sup> Esc)	Pessoal em I&D em História (ETI)	Peso da investigação em C. Auxiliares da História* (%)	Despesa em I&D em C. Auxiliares da História (10 <sup>3</sup> Esc)	Pessoal em I&D em C. Auxiliares da História (ETI)
LABORATÓRIO COREOGRÁFICO	FACULDADE DE MOTRICIDADE HUMANA	LISBOA	10	3 389,2	0,7	10	3 389,2	0,7
CENTRO DE LÍNGUAS E CULTURAS	UNIVERSIDADE DE AVEIRO	AVEIRO	20	12 672,6	2,1			
CENTRO DE ANTROPOBIOLOGIA	INSTITUTO DE INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA E TROPICAL	LISBOA				19	3 450,8	0,8
INSTITUTO DE ESTUDOS INGLESES	FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA	COIMBRA	19	8 720,6	1,5			
ESCOLA SUPERIOR DE TECNOLOGIA E GESTÃO - TOMAR	INSTITUTO POLITÉCNICO DE SANTARÉM	SANTARÉM	7	4 630,0	1,1	8	5 291,4	1,3
CENTRO DE INVESTIGAÇÃO SOBRE ECONOMIA PORTU- GUESA - CISEP	INSTITUTO SUPERIOR DE ECONOMIA E GESTÃO	LISBOA	15	7 365,6	0,9			
INSTITUTO NACIONAL DE POLÍCIA E CIÊNCIAS CRIMINAIS		LISBOA				14	2 972,5	0,8
COMISSÃO PARA A IGUALDADE E PARA OS DIREITOS DAS MULHERES		LISBOA	11	11 039,5	3,0			
ESCOLA SUPERIOR DE GESTÃO - SANTARÉM	INSTITUTO POLITÉCNICO DE SANTARÉM	SANTARÉM	11	7 569,3	1,7			
LABORATÓRIO DE GALÉNICA E TECNOLOGIA FARMACÉUTICA	FACULDADE DE FARMÁCIA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA	COIMBRA	10	3 231,3	0,6			
INSTITUTO DE ESTUDOS CLÁSSICOS	FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA	COIMBRA	10	6 383,2	1,1			
UNIVERSIDADE PORTUGALENSE INFANTE D HENRIQUE		PORTO	10	35 697,9	2,9			
INSTITUTO SUPERIOR DE ARTE E DESIGN	UNIVERSIDADE DA MADEIRA	R. A. MADEIRA	10	5 027,0	0,9			
ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO - PORTO	INSTITUTO POLITÉCNICO DO PORTO	PORTO	4	6 110,7	0,9	4	6 110,7	0,9
ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO - VIANA DO CASTELO	INSTITUTO POLITÉCNICO DE VIANA DO CASTELO	VIANA DO CASTELO	8	9 692,3	1,8			
UNIDADE DE CIÊNCIAS ECONÓMICAS E EMPRESARIAIS	UNIVERSIDADE DO ALGARVE	FARO	8	4 211,4	0,8			
CENTRO DE ESTUDOS CLÁSSICOS E HUMANÍSTICOS	FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA	COIMBRA	6	3 950,6	0,5			
DEPARTAMENTO DE QUÍMICA	INSTITUTO TECNOLÓGICO E NUCLEAR	LISBOA				5	11 995,9	2,4
QUÍMICA-FÍSICA MOLECULAR	FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA	COIMBRA	5	2 575,2	0,5			
ACADEMIA DA FORÇA AÉREA	ESTADO MAIOR DA FORÇA AÉREA	LISBOA	5	11 289,5	0,2			
UNIVERSIDADE DA MADEIRA		R. A. MADEIRA	5	7 226,3	1,4			
SECÇÃO DE LETRAS	UNIVERSIDADE DE TRÁS-OS-MONTES E ALTO DOURO	VILA REAL	3	1 962,7	0,4			
CENTRO DE BIOLOGIA AMBIENTAL	FACULDADE DE CIÊNCIAS DA UNIVERSIDADE DE LISBOA	LISBOA	2	3 761,6	1,0			
CENTRO DE ESTUDOS FARMACÉUTICOS	FACULDADE DE FARMÁCIA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA	COIMBRA	2	2 604,4	0,5			
CENTRO DE MATEMÁTICA E APLICAÇÕES FUNDAMENTAIS	FACULDADE DE CIÊNCIAS DA UNIVERSIDADE DE LISBOA	LISBOA	1	1 919,0	0,3			
<b>TOTAL DE 75 UNIDADES</b>				<b>1 383 943,0</b>	<b>222,2</b>		<b>682 575,4</b>	<b>73,8</b>

Fonte: OCT, *Inquérito ao Potencial Científico e Tecnológico Nacional, 1995*

\* Percentagem da despesa em actividades de I&D no domínio da História e Ciências Auxiliares da História sobre o total da despesa em actividades de I&D da unidade.

ETI: Equivalente a Tempo Integral

Nota: O quadro está ordenado por ordem decrescente do peso conjunto dos dois domínios e ordem descendente da despesa.





## QUADROS I e II

O primeiro quadro consiste numa lista das unidades com actividades de I&D em História e Ciências Auxiliares da História, recenseadas pelo Inquérito ao Potencial Científico e Tecnológico Nacional de 1995. É fornecida informação sobre a respectiva instituição de acolhimento, o distrito ou região onde se localizam, o peso relativo da investigação nos dois domínios (critério ordenador da lista) e a despesa e pessoal dispendidos.

Pode constatar-se que das 75 unidades recenseadas, 27 dedicam-se em exclusividade investigação nestes dois domínios: 14 apenas a actividades de I&D em História, 8 em Ciências Auxiliares da História e 5 repartem a actividade pelos dois domínios. O maior volume de despesa é de longe dispendido pela Comissão Nacional para a Comemoração dos Descobrimentos Portugueses (cerca de 636 mil contos), totalizando a despesa em História quase 1,4 milhões de contos e a despesa em Ciências Auxiliares da História perto de 683 mil contos. No Quadro II encontram-se discriminadas as instituições financiadas pelo Programa Plurianual na área de História, tanto as avaliadas em 1996 como as cujo financiamento foi aprovado durante o ano de 1998.



## Quadro II

### Unidades financiadas pelo Programa Plurianual em História

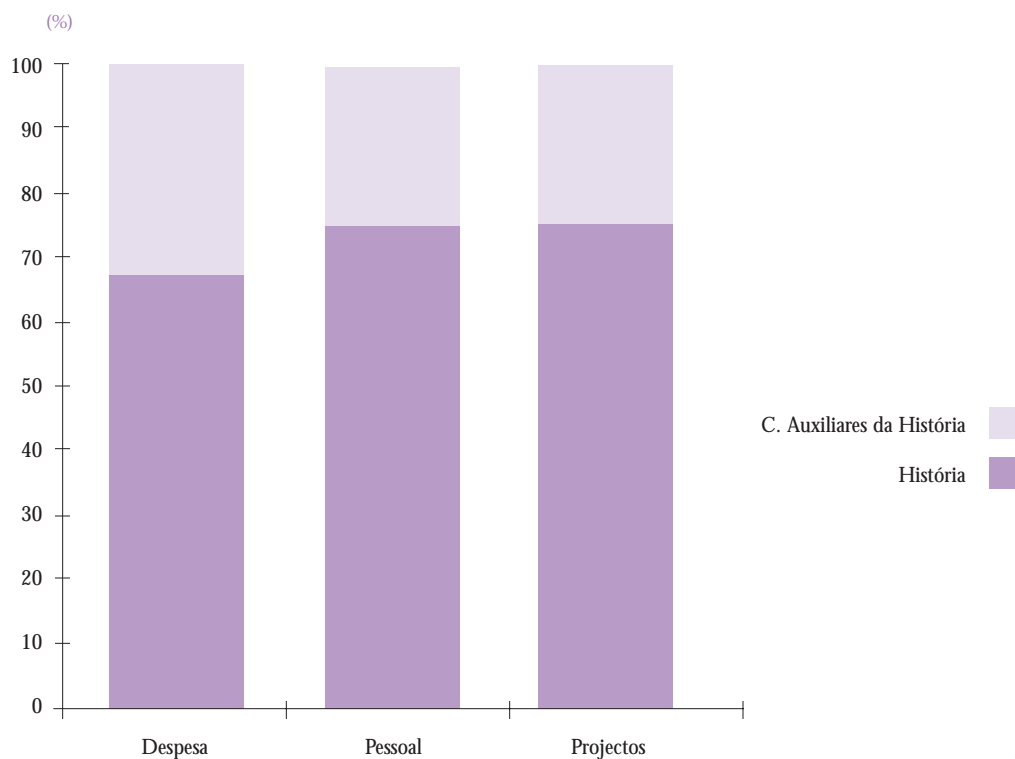
	<b>Unidade</b>	<b>Instituição de Acolhimento</b>
avaliadas em 1996	Centro de Ciências Históricas e Sociais	Universidade do Minho
	Centro de Estudos Arqueológicos	Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra
	Centro de Estudos da População e Família - CEPFAM	Faculdade de Letras da Universidade do Porto
	Centro de Estudos Históricos	F. de Ciências Sociais e Humanas, Univ. Nova de Lisboa
	Centro de História	Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa
	Centro de História da Cultura	F. de Ciências Sociais e Humanas, Univ. Nova de Lisboa
	Centro de História da Sociedade e da Cultura	Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra
	Centro Interuniversitário de História da Espiritualidade	Faculdade de Letras da Universidade do Porto
aprovadas em 1998	Grupo de Estudos de História da Viticultura Duriense - GEHVID	Faculdade de Letras da Universidade do Porto
	Instituto de História Contemporânea	F. de Ciências Sociais e Humanas, Univ. Nova de Lisboa
	Gabinete de História Económica e Social	ISEG, Univ. Técnica de Lisboa
	Centro de História de Além Mar	F. de Ciências Sociais e Humanas, Univ. Nova de Lisboa
	Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX - CEIS20	Universidade de Coimbra
	Instituto de História Moderna	Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Fonte: OCT, FCT, *Unidades financiadas pelo Programa Plurianual*



**Figura 1**

**Repartição da despesa, do pessoal e dos projectos de I&D em História e Ciências Auxiliares da História**



Fonte: OCT, *Inquérito ao Potencial Científico e Tecnológico Nacional, 1995*

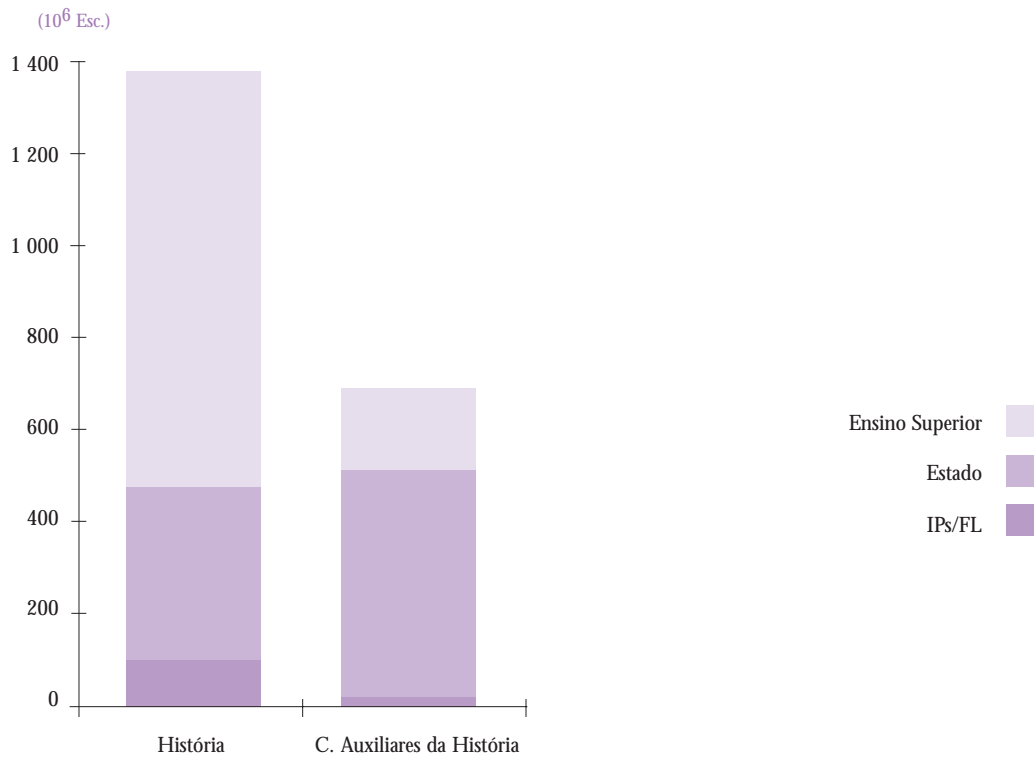
FIGURAS 1 a 4

Este conjunto de figuras permite a comparação entre a História e as Ciências Auxiliares da História, segundo os vários indicadores disponíveis. Pela Figura 1, constata-se que a História concentra praticamente dois terços da despesa e três quartos do pessoal e projectos, relegando as Ciências Auxiliares para uma posição secundária. Na repartição por sectores de execução, destaca-se o peso do Estado relativamente às Ciências Auxiliares e, no que toca à História, a supremacia do Ensino Superior (Figuras 2 a 4).



**Figura 2**

**Repartição da despesa em actividades de I&D em História e Ciências Auxiliares da História por sub-domínio, segundo o sector de execução**

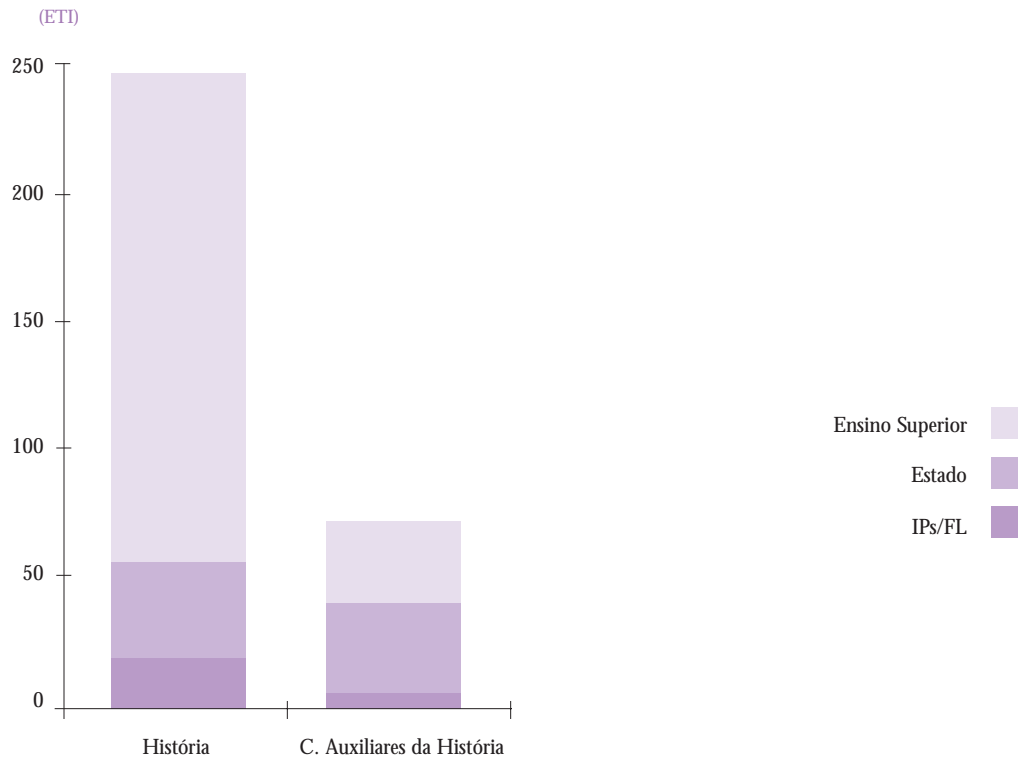


Fonte: OCT, *Inquérito ao Potencial Científico e Tecnológico Nacional, 1995*



**Figura 3**

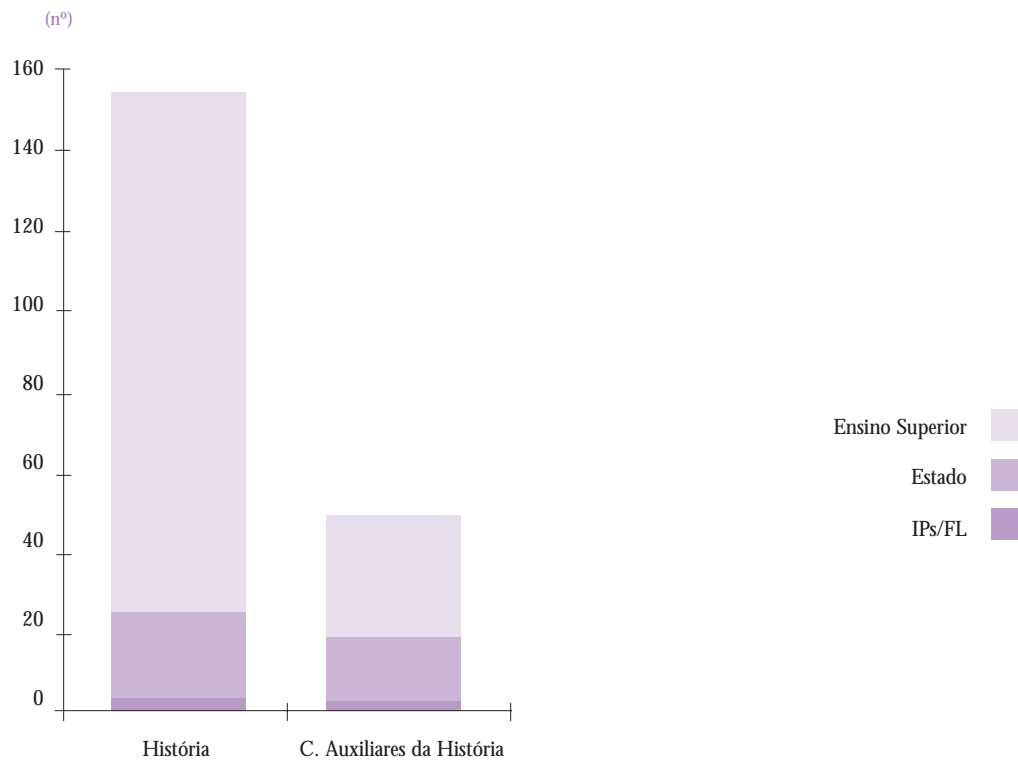
**Repartição do pessoal em actividades de I&D em História e Ciências Auxiliares da História por sub-domínio, segundo o sector de execução**



Fonte: OCT, *Inquérito ao Potencial Científico e Tecnológico Nacional, 1995*  
ETI: Equivalente a Tempo Integral



**Figura 4**  
**Repartição dos projectos de I&D em História e Ciências Auxiliares da História**  
**por sub-domínio, segundo o sector de execução**



Fonte: OCT, *Inquérito ao Potencial Científico e Tecnológico Nacional, 1995*



### QUADROS III a V

À semelhança de quase todos os domínios científicos, a investigação em História (e suas Ciências Auxiliares) encontra-se concentrada na região de Lisboa e Vale do Tejo, principalmente no distrito de Lisboa: com 45% das unidades, 63% da despesa e 49% do pessoal. O segundo distrito mais representativo é Coimbra, com 21% das unidades, 14% da despesa e 17% do pessoal. Esta distribuição desequilibrada é atribuível sobretudo ao sector do Estado, quase exclusivamente representado em Lisboa.



### Quadro III

Distribuição das unidades com actividades de I&D em História e Ciências Auxiliares da História por região e distrito e segundo o sector de execução

	(nº)	IPs/FL	Estado	Ens. Superior	Total
NORTE	Braga			1	1
	Porto			7	7
	Viana do Castelo			1	1
	Porto			1	1
	<b>Sub-Total</b>			10	10
CENTRO	Aveiro			1	1
	Coimbra		1	15	16
	<b>Sub-Total</b>		1	16	17
LX V. TEJO	Leiria		2		2
	Lisboa	3	13	18	34
	Santarém			2	2
	Setúbal			1	1
	<b>Sub-Total</b>	3	15	21	39
ALENTEJO	Beja	1			1
	Évora			3	3
	<b>Sub-Total</b>	1		3	4
ALGARVE	Faro			1	1
R.A. MADEIRA			2	2	4
<b>Total</b>		4	18	53	75

Fonte: OCT, *Inquérito ao Potencial Científico e Tecnológico Nacional, 1995*



**Quadro IV**

**Distribuição das unidades com actividades de I&D em História e Ciências Auxiliares da História por região e distrito e segundo o sector de execução**

	IPs/FL		Estado		Ens. Superior		Total	
	(10 <sup>6</sup> Esc)	(%)	(10 <sup>6</sup> Esc)	(%)	(10 <sup>6</sup> Esc)	(%)	(10 <sup>6</sup> Esc)	(%)
<b>NORTE</b>								
Braga					59,1	5,5	59,1	2,9
Porto					178,3	16,6	178,3	8,6
Viana do Castelo					9,7	0,9	9,7	0,5
Vila Real					2,0	0,2	2,0	0,1
<b>Sub-Total</b>					249,1	23,2	249,1	12,1
<b>CENTRO</b>								
Aveiro					12,7	1,2	12,7	0,6
Coimbra			12,5	1,4	285,7	26,6	298,2	14,4
<b>Sub-Total</b>			12,5	1,4	298,4	27,8	310,9	15,0
<b>LX V. TEJO</b>								
Leiria			9,7	1,1			9,7	0,5
Lisboa	84,7	75,0	824,1	93,8	386,4	36,0	1 295,2	62,7
Santarém					17,5	1,6	17,5	0,8
Setúbal					53,4	5,0	53,4	2,6
<b>Sub-Total</b>	84,7	75,0	833,8	94,9	457,3	42,5	1 375,8	66,6
<b>ALENTEJO</b>								
Beja	28,2	25,0					28,2	1,4
Évora					53,7	5,0	53,7	2,6
<b>Sub-Total</b>	28,2	25,0			53,7	5,0	81,9	4,0
<b>ALGARVE</b>								
Faro					4,2	0,4	4,2	0,2
<b>R.A.MADEIRA</b>			32,5	3,7	12,3	1,1	44,8	2,2
<b>Total</b>	113,0	100,0	878,7	100,0	1 074,8	100,0	2 066,5	100,0

Fonte: OCT, *Inquérito ao Potencial Científico e Tecnológico Nacional, 1995*  
 Nota: Os totais apresentados nem sempre correspondem à soma das parcelas, em virtude do arredondamento das casas decimais decorrente da aplicação do cálculo automático.

**Quadro V**

**Distribuição do pessoal em actividades de I&D em História e Ciências Auxiliares da História por região e distrito e segundo o sector de execução**

	IPs/FL		Estado		Ens. Superior		Total	
	(ETI)	(%)	(ETI)	(%)	(ETI)	(%)	(ETI)	(%)
<b>NORTE</b>								
Braga					11,9	6,1	11,9	4,0
Porto					28,1	14,3	28,1	9,5
Viana do Castelo					1,8	0,9	1,8	0,6
Vila Real					0,4	0,2	0,4	0,1
<b>Sub-Total</b>					42,2	21,5	42,2	14,3
<b>CENTRO</b>								
Aveiro					2,1	1,1	2,1	0,7
Coimbra			3,0	4,1	48,1	24,5	51,1	17,3
<b>Sub-Total</b>			3,0	4,1	50,2	25,6	53,2	18,0
<b>LX V. TEJO</b>								
Leiria				2,3	3,2		2,3	0,8
Lisboa	12,7	46,5	59,1	81,6	71,7	36,5	143,5	48,5
Santarém					4,1	2,1	4,1	1,4
Setúbal					12,8	6,5	12,8	4,3
<b>Sub-Total</b>	12,7	46,5	61,4	84,8	88,6	45,1	162,7	55,0
<b>ALENTEJO</b>								
Beja	14,6	53,5					14,6	4,9
Évora					12,1	6,2	12,1	4,1
<b>Sub-Total</b>	14,6	53,5			12,1	6,2	26,7	9,0
<b>ALGARVE</b>								
Faro					0,8	0,4	0,8	0,3
<b>R.A.MADEIRA</b>			8,0	11,0	2,3	1,2	10,3	3,5
<b>Total</b>	27,3	100,0	72,4	100,0	196,3	100,0	295,9	100,0

Fonte: OCT, *Inquérito ao Potencial Científico e Tecnológico Nacional, 1995*  
 Nota: Os totais apresentados nem sempre correspondem à soma das parcelas, em virtude do arredondamento das casas decimais decorrente da aplicação do cálculo automático.  
 ETI: Equivalente a Tempo Integral



**Figura 5**

**Repartição da despesa em actividades de I&D em História e Ciências Auxiliares da História por sector de execução**



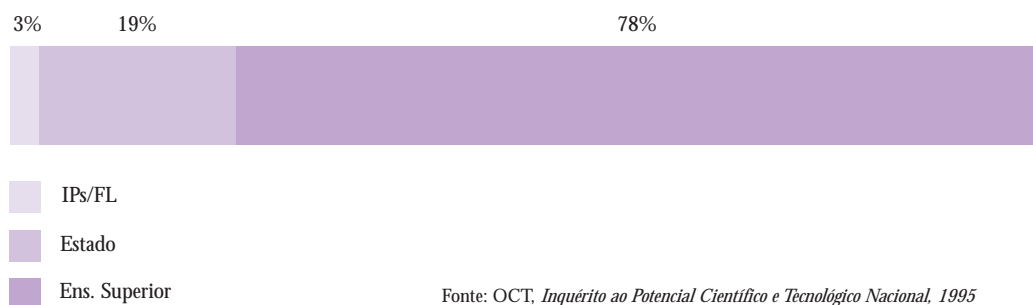
**Figura 6**

**Repartição do pessoal em actividades de I&D em História e Ciências Auxiliares da História por sector de execução**



**Figura 7**

**Repartição dos projectos de I&D em História e Ciências Auxiliares da História por sector de execução**





## FIGURAS 5 a 7

Estas figuras ilustram a repartição sectorial dos valores agregados da História e Ciências Auxiliares. Estado e Ensino Superior têm um peso aproximado em termos de despesa (43% e 52% respectivamente), mas o último ganha terreno nos indicadores pessoal (67%) e projectos (78%).

## QUADROS VI a XI

Este grupo de quadros dão conta de algumas variáveis respeitantes aos recursos humanos em I&D em História e Ciências Auxiliares da História.

Em primeiro lugar (Quadro VI), é apresentada uma repartição dos investigadores e doutorados nestas áreas pelos seus sub-domínios principais de actividade (medida em valores de Equivalente a Tempo Integral). Consta-se que tanto os investigadores como os doutores se classificam preferencialmente no sub-domínio de História de Portugal e, dentro das Ciências Auxiliares, de Arqueologia.

Entre 1970 e 1997 foram realizados ou reconhecidos por universidades portuguesas 311 doutoramentos em História, representando 16% dos doutoramentos nas Ciências Sociais e Humanas e 5% dos doutoramentos totais (Quadro VII). Destes 311 doutoramentos, 26 são equivalências conferidas pelas universidades portuguesas e os restantes 174 foram realizados principalmente na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa e nas Faculdades de Letras das Universidades de Coimbra, Lisboa e Porto (Quadro VIII). A repartição por temas destes doutoramentos (Quadro IX) demonstra a maior frequência da História Económica e Social (ainda que a pequena distância das restantes categorias), da História Moderna (seguida de perto pela História Contemporânea) e da História de Portugal (quase em exclusividade). A listagem dos doutoramentos, contendo o título da tese, nome do doutorado, instituição e ano de realização, é apresentada no final do volume.

A partir do recenseamento dos livros portugueses de Ciências Sociais e Humanas (Quadros Xa e Xb), constata-se que a História ocupa uma posição predominante (43% das publicações) e, dentro desta, a História Política e das Instituições (24%).

Por último, no Quadro XI, encontram-se discriminadas as bolsas atribuídas no âmbito do Programa Praxis XXI, das quais 2% pertencem ao domínio da História, sendo estas principalmente bolsas de mestrado.





## Quadro VI

### Investigadores e doutorados em História e Ciências Auxiliares da História por sub-domínio principal de actividade, segundo o sector de execução

	IPs/FL		Estado		Ens. Superior		Total		(ETI)
	inv.	dout.	inv.	dout.	inv.	dout.	inv.	dout.	
<b>História</b>									
História das Grandes Civilizações Antigas	1,0				4,5	3,1	5,5	3,1	
História Geral e Universal	0,4		7,2		3,8	2,1	11,4	2,1	
História de Portugal	8,6	3,3	16,8	1,0	65,3	33,5	90,7	37,8	
História Económica e Social	1,5		3,1	1,1	24,5	14,3	29,1	15,4	
História Institucional e Política	1,5	0,7	0,5	0,5	3,7	2,7	5,7	3,9	
História Cultural e das Mentalidades					8,0	3,0	8,0	3,0	
História das Ideias			0,8	0,8	30,7	8,9	31,5	9,7	
História da(s) Ciência(s)					17,6	2,6	17,6	2,6	
Outro domínio / disciplina	8,1	2,6	7,8	0,2	29,7	3,9	45,6	6,7	
sub-total	21,1	6,6	36,2	3,6	187,8	74,1	245,1	84,3	
<b>Ciências Auxiliares da História</b>									
Arqueologia	4,8	2,0	3,4	0,4	16,9	6,4	25,1	8,8	
Epigrafia e Numismática					0,5	0,5	0,5	0,5	
Museologia			13,6		1,1		14,7		
Paleografia e Edótica					0,3		0,3		
História e Crítica das Artes			2,3		5,5	2,3	7,8	2,3	
História da Música	0,5	0,5					0,5	0,5	
Outro domínio / disciplina			16,0		0,5		16,5		
sub-total	5,3	2,5	35,3	0,4	24,8	9,2	65,4	12,1	
<b>Total</b>	<b>26,3</b>	<b>9,0</b>	<b>71,4</b>	<b>3,9</b>	<b>212,3</b>	<b>83,0</b>	<b>310,0</b>	<b>95,9</b>	

Fonte: OCT, *Inquérito ao Potencial Científico e Tecnológico Nacional, 1995*

Nota: Os totais apresentados nem sempre correspondem à soma das parcelas, em virtude do arredondamento das casas decimais decorrente do cálculo automático.

ETI: Equivalente a Tempo Integral



## Quadro VII

### Doutoramentos realizados ou reconhecidos por universidades portuguesas por domínio científico (1970-1997)

Domínios Científicos	70-74	75-79	80-84	85-89	90	91	92	93	94	95	96	97	Total
<b>Ciências Exactas</b>	<b>100</b>	<b>96</b>	<b>169</b>	<b>237</b>	<b>51</b>	<b>55</b>	<b>57</b>	<b>91</b>	<b>78</b>	<b>85</b>	<b>108</b>	<b>95</b>	<b>1 222</b>
<b>Ciências Naturais</b>	<b>34</b>	<b>33</b>	<b>57</b>	<b>102</b>	<b>37</b>	<b>43</b>	<b>38</b>	<b>49</b>	<b>47</b>	<b>79</b>	<b>72</b>	<b>96</b>	<b>687</b>
<b>C. Engenharia e Tecnologia</b>	<b>56</b>	<b>89</b>	<b>207</b>	<b>280</b>	<b>66</b>	<b>65</b>	<b>65</b>	<b>99</b>	<b>90</b>	<b>123</b>	<b>163</b>	<b>124</b>	<b>1 427</b>
<b>Ciências da Saúde</b>	<b>70</b>	<b>76</b>	<b>97</b>	<b>204</b>	<b>47</b>	<b>43</b>	<b>47</b>	<b>58</b>	<b>57</b>	<b>74</b>	<b>70</b>	<b>78</b>	<b>921</b>
<b>C. Agrárias e Veterinárias</b>	<b>38</b>	<b>18</b>	<b>44</b>	<b>92</b>	<b>32</b>	<b>13</b>	<b>25</b>	<b>23</b>	<b>28</b>	<b>23</b>	<b>18</b>	<b>22</b>	<b>376</b>
<b>Ciências Sociais e Humanas</b>	<b>54</b>	<b>112</b>	<b>179</b>	<b>393</b>	<b>101</b>	<b>100</b>	<b>113</b>	<b>173</b>	<b>151</b>	<b>180</b>	<b>176</b>	<b>162</b>	<b>1 894</b>
História e Arqueologia	6	26	22	49	23	13	17	43	21	38	26	26	311
Economia	9	12	35	93	8	21	19	23	19	20	18	13	290
Estudos Literários	8	22	27	66	16	13	15	20	16	12	19	20	254
Ciências da Educação	2	7	17	42	10	10	14	30	30	26	34	24	246
Psicologia	1	3	9	27	7	11	11	19	13	20	13	23	157
Filosofia	10	14	17	17	10	7	10	8	5	6	9	4	117
Sociologia	1	8	11	24	6	3	8	7	13	10	15	6	112
Linguística	4	5	10	19	7	4	3	3	8	3	6	9	81
Ciências Jurídicas	10	8	7	7	7	6	5	4	3	6	7	5	75
Gestão	-	-	4	14	1	5	4	3	8	14	8	9	70
Antropologia	-	-	4	13	1	3	2	2	7	10	13	5	60
Geografia	2	3	4	11	1	1	-	7	1	6	3	3	42
Ciências Políticas	1	1	8	5	3	1	4	2	1	1	1	1	29
Estudos Artísticos	-	2	1	3	-	-	1	-	4	5	1	2	19
Ciências da Comunicação	-	1	3	1	1	2	-	2	2	2	3	1	18
Arquitectura e Urbanismo	-	-	-	1	-	-	-	-	-	1	-	10	12
Demografia	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	1
<b>TOTAL</b>	<b>352</b>	<b>424</b>	<b>753</b>	<b>1 308</b>	<b>334</b>	<b>319</b>	<b>345</b>	<b>493</b>	<b>451</b>	<b>564</b>	<b>607</b>	<b>577</b>	<b>6 527</b>

Fonte: OCT e Instituto de Prospectiva, *Doutoramentos e Equivalências a Doutoramento nas Universidades Portuguesas*



### Quadro VIII

**Doutoramentos em História e Ciências Auxiliares da História realizados ou reconhecidos por universidades portuguesas entre 1986 e 1997, por instituição**

<b>Equivalências</b>	<b>25</b>
<b>Nacionais:</b>	<b>174</b>
Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa	42
Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra	35
Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa	32
Faculdade de Letras, Universidade do Porto	31
Universidade do Minho	9
Universidade de Évora	9
ISCSP, Universidade Técnica de Lisboa	5
Universidade dos Açores	5
Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Nova de Lisboa	1
Faculdade de Motricidade Humana, Universidade Técnica de Lisboa	1
Universidade do Algarve	1
Faculdade de Ciências e Tecnologias, Universidade de Coimbra	1
Faculdade de Direito, Universidade de Coimbra	1

Fonte: OCT e Instituto de Prospectiva, *Doutoramentos e Equivalências a Doutorado nas Universidades Portuguesas*



### Quadro IX

Repartição dos doutoramentos e equivalências a doutoramento em universidades portuguesas em História por temas, 1986-1997

		nº	%
Temas	História Económica e Social	68	34,5
	História Institucional e Política	64	32,5
	História da Cultura, das Ideias e das Mentalidades	65	33,0
		<b>197</b>	
Tempo	História Antiga	24	12,2
	História Medieval	31	15,7
	História Moderna	73	37,1
	História Contemporânea	69	35,0
	<b>197</b>		
Espaço	História de Portugal	168	85,3
	História dos países de influência portuguesa	14	7,1
	História de outros países	15	7,6
	<b>197</b>		
não classificados		2	

Fonte: OCT e Instituto de Prospectiva, *Doutoramentos e Equivalências a Doutoramento nas Universidades Portuguesas*



#### Quadro Xa

##### Distribuição por domínio dos livros portugueses de Ciências Sociais e Humanas publicados entre 1986 e 1996

	nº	%
História	720	42,5
Filosofia	171	10,1
Educação e Pedagogia	152	9,0
Economia e Gestão	139	8,2
Sociologia	120	7,1
Psicologia	115	6,8
Ciência Política	112	6,6
Antropologia e Etnologia	58	3,4
Linguística	46	2,7
Geografia	41	2,4
Demografia	20	1,2
<b>Total</b>	<b>1 694</b>	

Fonte: CISEP, BN, *Catálogo de Livros Portugueses de Ciências Sociais e Humanas, Portugal Frankfurt 97 SA*

#### Quadro Xb

##### Distribuição por domínio dos livros portugueses de História publicados entre 1986 e 1996

	nº	%
História Política e das Instituições	170	23,6
História da Arte, Literatura e Música	137	19,0
História da Ciência, da Cultura, das Ideias e Mentalidades	122	16,9
História dos Descobrimentos, da Expansão e da Colonização	87	12,1
História Económica e Social	77	10,7
Obras gerais e de referência: teoria e metodologia da história	45	6,3
História Rural e Urbana, História Regional e Local	39	5,4
Arqueologia	22	3,1
História Universal e das Civilizações	21	2,9
<b>Total</b>	<b>720</b>	

Fonte: CISEP, BN, *Catálogo de Livros Portugueses de Ciências Sociais e Humanas, Portugal Frankfurt 97 SA*





## Quadro XI

Bolsas atribuídas ao abrigo do programa PRAXIS XXI, segundo o tipo de bolsa, por domínio científico\*

	Técnicos de Investig.	Mestrado	Doutoram.	Pós- -Dout.	Cientistas Conv.	Gestão de Ciência e Tecnologia	Total
Matemática	3	40	35	5	7		90
Física	13	64	91	24	36		228
Química	20	36	103	28	15		202
Ciências da Vida	17	70	63	10	5		165
Ciências da Terra e Espaço	7	64	32		3		106
Ciências do Mar	22	62	52	5	1		142
Ciências Agrárias	28	102	82	7	2		221
Ciências da Saúde	38	111	180	25	9		363
Eng. Mecânica	18	57	46	4	4	1	130
Ciência e Eng. de Materiais	11	29	50	9	5		104
Eng. Civil e Eng. de Minas	11	65	30	3	3		112
Eng. Química e Biotecnologia	48	97	81	32	7		265
Eng. Electrotécnica e Informática	29	248	133	12	9		431
Economia e Gestão	1	150	133	1	7	13	305
Sociol., Antropol., Demog. e Geog.	2	112	39	1	1		155
Ciências da Educação e Psicologia	1	68	34	3	1		107
Ciências da Linguagem	1	36	13	1	1		52
Estudos Literários		10	10		1		21
Estudos Artísticos		39	23		1		63
Filosofia	1	11	17	2			31
História	1	54	26	1			82
Não Classificados	3	29	17				49
<b>Total</b>	<b>275</b>	<b>1 554</b>	<b>1 290**</b>	<b>173</b>	<b>118</b>	<b>14</b>	<b>3 424</b>

Fonte: OCT, FCT, Praxis XXI, *Bolsas atribuídas ao abrigo do programa PRAXIS XXI*

\* Dados provisórios

\*\* Foram incluídos neste grupo 8 bolseiros de mestrado que passaram a frequentar programas doutorais.



## Quadro XII

Projectos de I&D em História e Ciências Auxiliares da História em colaboração com outros países\*

Países que colaboram em projectos de I&D	História	C. Auxiliares da História
	Nº de projectos em que cada país colabora	Nº de projectos em que cada país colabora
Angola	2	
França	2	
Moçambique	1	2
Bélgica	1	
Brasil	1	
Cabo Verde	1	
Espanha	1	1
Itália	1	
R.U.	1	
Não identificados	1	1
<b>Total de colaborações estrangeiras</b>	<b>12</b>	<b>4</b>

Fonte: OCT, *Inquérito ao Potencial Científico e Tecnológico Nacional, 1995*

\* O nº total dos projectos com cooperação internacional é de 10 no total de 155 projectos de I&D em História.

O nº total dos projectos com cooperação internacional é de 3 no total de 50 projectos de I&D nas Ciências Auxiliares da História.

## QUADROS XII e XIII

Dos projectos recenseados pelo Inquérito ao Potencial Científico e Tecnológico Nacional de 1995 em História e Ciências Auxiliares da História, constata-se que o peso das colaborações internacionais é muito pouco significativo, ainda que tenham predominância os países tocados pela expansão colonial portuguesa (Quadro XII).

Em termos dos projectos em curso em 1997 financiados pelo Ministério da Ciência e da Tecnologia, 2% dos projectos (e do financiamento) pertencem à área da História. A listagem destes projectos é apresentada no final do volume.



### Quadro XIII

#### Quadro-resumo dos projectos em curso financiados pelo Ministério da Ciência e da Tecnologia

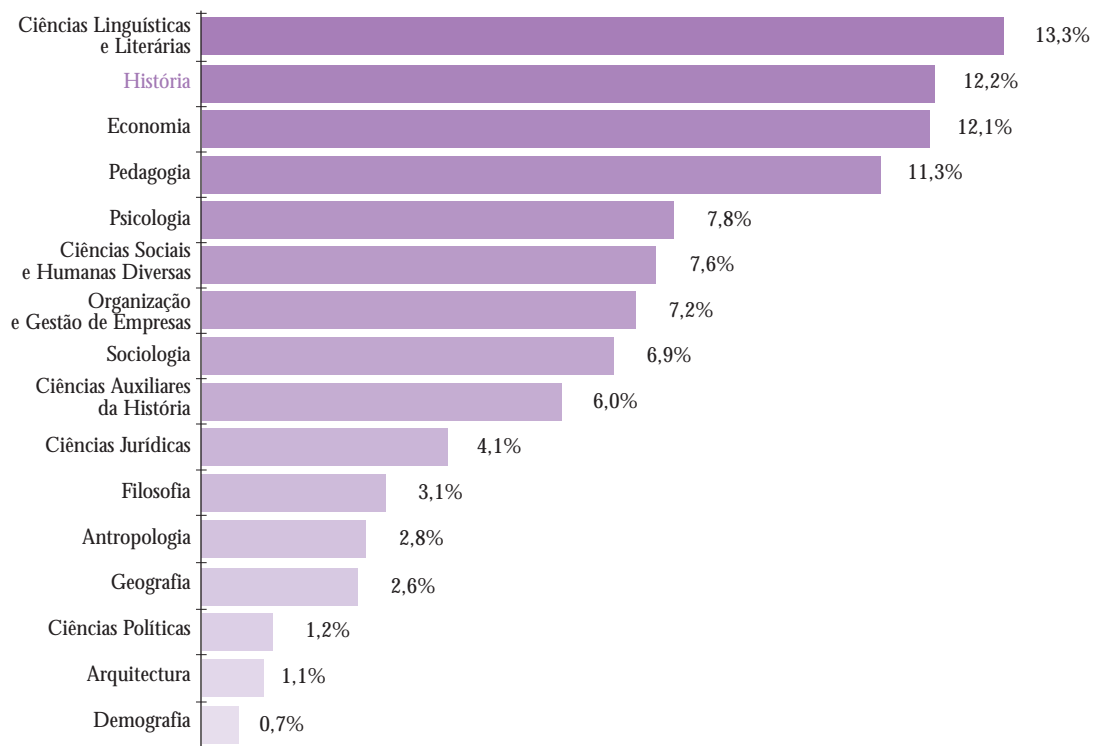
Domínio Científico	Nº de projectos	Financiamento (10 <sup>3</sup> Esc.)
Matemática	36	566 203
Física	91	1 233 086
Química	99	1 462 349
Biologia	119	1 653 423
Ciências da Terra e do Espaço	64	1 078 584
Ciências do Mar	60	1 207 145
Ciências Agrárias	96	2 607 957
Ciências da Saúde	233	3 148 345
Engenharia Mecânica	50	684 121
Ciência e Engenharia dos Materiais	76	2 420 386
Engenharia Civil	31	788 917
Engenharia Química e Biotecnologia	77	1 046 970
Engenharia Electrotécnica e Informática	150	2 952 587
Economia e Gestão, Ciências Jurídicas e Políticas	37	322 124
Sociologia, Antropologia, Demografia e Geografia	68	668 636
Ciências da Educação e Psicologia	51	369 415
Ciências da Linguagem	16	196 973
Estudos Literários	5	37 645
Estudos Artísticos	4	128 636
Filosofia	2	22 915
História	32	397 732
<b>Total de projectos</b>	<b>1 397</b>	<b>22 994 149</b>

Fonte: OCT, Praxis XXI, FCT, *Projectos em curso em Novembro de 1997, financiados pelo MCT*



**Figura 8**

**Repartição da despesa em actividades de I&D nas Ciências Sociais e Humanas**



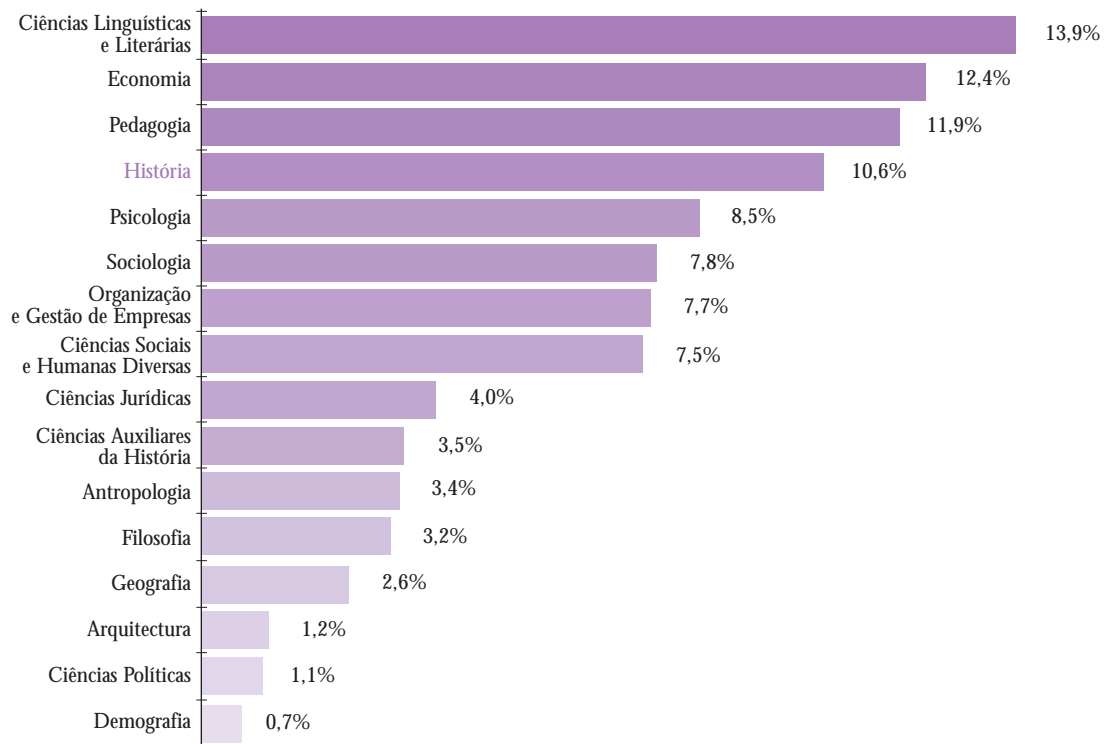
Fonte: OCT, *Inquérito ao Potencial Científico e Tecnológico Nacional, 1995*

**FIGURAS 8 a 12**

Este conjunto de figuras permite localizar a História no âmbito das Ciências Sociais e Humanas. Este domínio ocupa em todos os indicadores uma das posições cimeiras, com 12% da despesa, 11% do pessoal, 16% dos doutorados, 15% dos bolsiros e 13% dos projectos.

**Figura 9**

**Repartição do pessoal em actividades de I&D nas Ciências Sociais e Humanas**

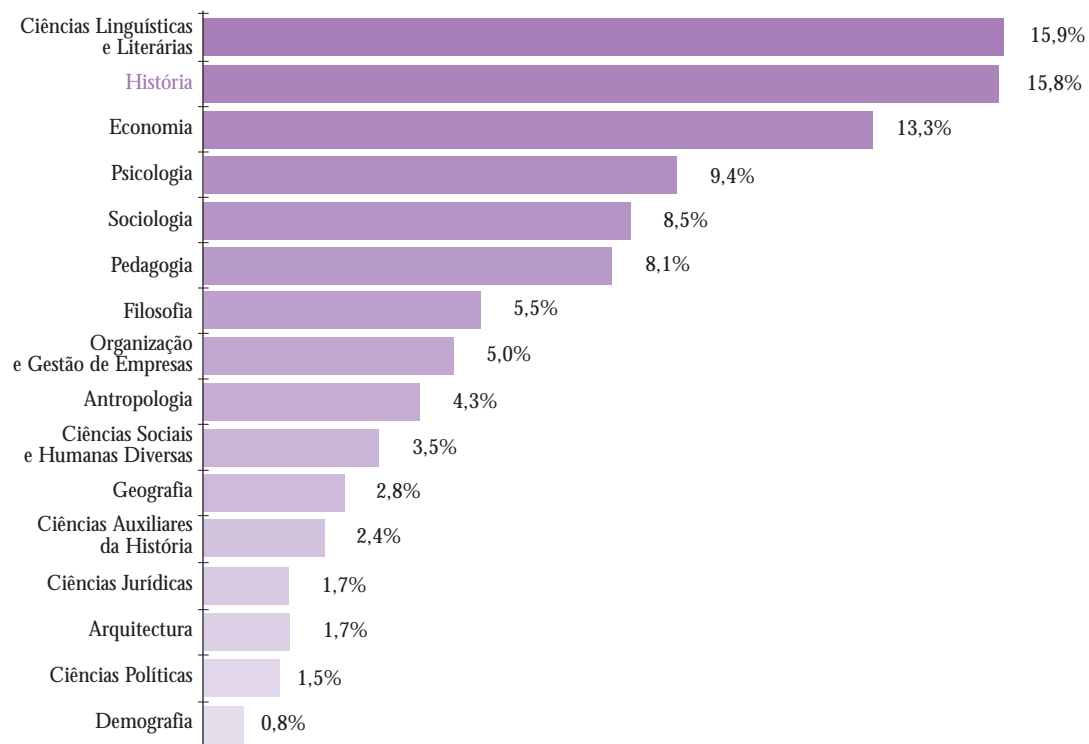


Fonte: OCT, *Inquérito ao Potencial Científico e Tecnológico Nacional, 1995*



**Figura 10**

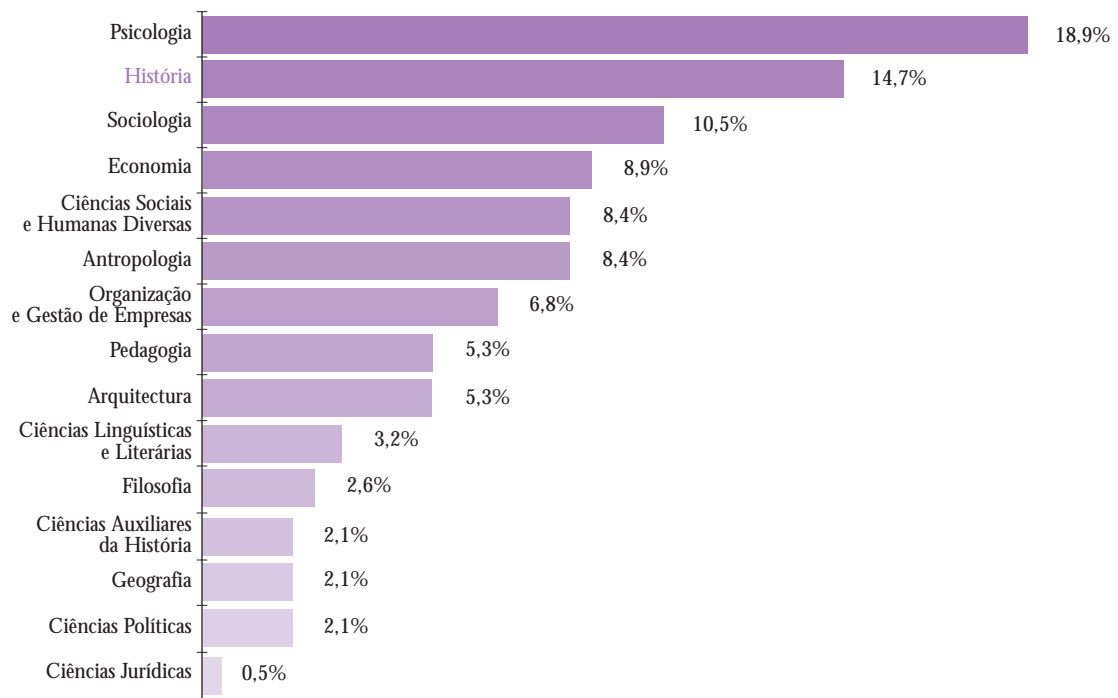
**Doutorados nas Ciências Sociais e Humanas**



Fonte: OCT, *Inquérito ao Potencial Científico e Tecnológico Nacional, 1995*



**Figura 11**  
**Bolsheiros nas Ciências Sociais e Humanas**

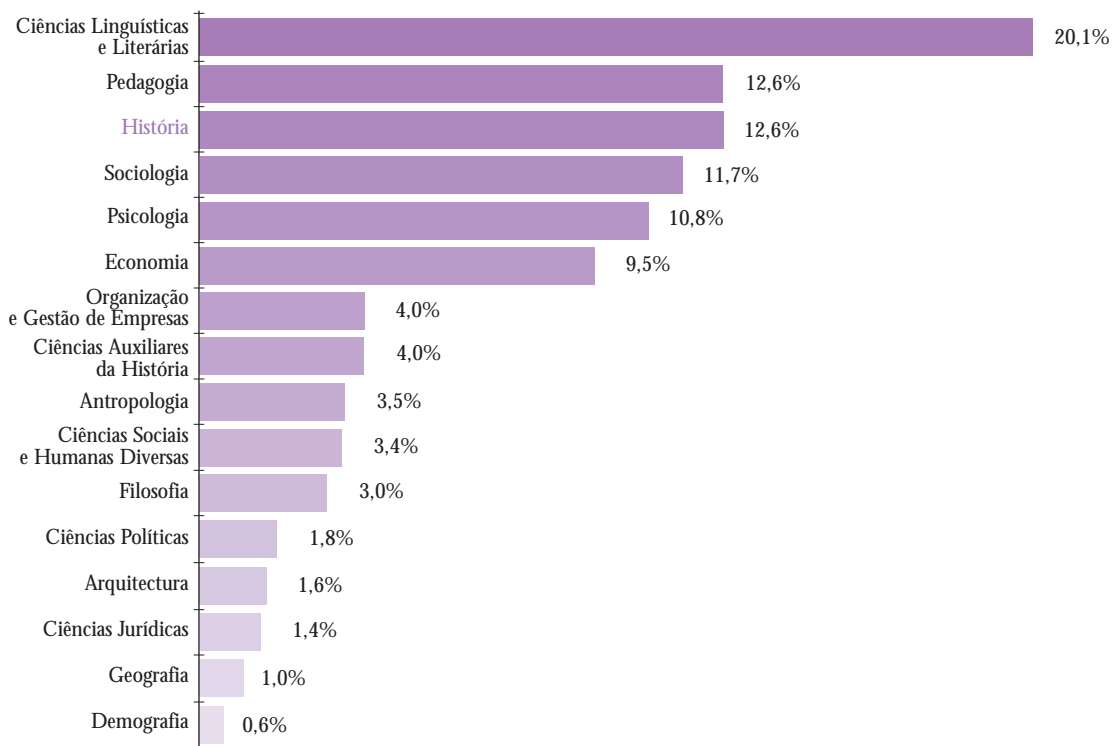


Fonte: OCT, *Inquérito ao Potencial Científico e Tecnológico Nacional, 1995*



**Figura 12**

**Repartição dos projectos de I&D nas Ciências Sociais e Humanas**



Fonte: OCT, *Inquérito ao Potencial Científico e Tecnológico Nacional, 1995*



## LISTAGENS

**Doutoramentos realizados ou reconhecidos por universidades portuguesas em História e Ciências Auxiliares da História (1986-1997)**

<b>Título</b>	<b>Nome</b>	<b>Universidade que conferiu o grau</b>	<b>Universidade estrangeira (equivalências)</b>	<b>Ano de obtenção do grau</b>
IDEIAS MORAIS E POLÍTICAS EM PLÍNIO-O-ANTIGO	OLIVEIRA,FRANCISCO DE SÃO JOSÉ	COIMBRA-LETRAS		86
APRENDER COM A BAWHAUS. A BAWHAUS E O ENSINO ARTÍSTICO DOS ANOS 20. TEORIA E PRÁTICA	RODRIGUES,ANTÓNIO JACINTO	NOVA DE LISBOA-FCSH		86
LES ORIGINES DE L'IMPRIMIERE AU PORTUGAL	SOARES,ARTUR ANSELMO DE OLIVEIRA	NOVA DE LISBOA-FCSH	SORBONNE	86
TEÓFILO BRAGA E O POSITIVISMO	ARAÚJO,MARIA LAURA F. L.DA CRUZ DE	PORTO-LETRAS		86
POVOADOS DA PRÉ-HISTÓRIA RECENTE DA REGIÃO DE CHAVES:VILA POUCA DE AGUIAR (TRÁS-OS-MONTES ACIDENTAL) - BASES PARA O CONHECIMENTO DO III E PRINCÍPIOS DO II MILÉNIOS AC.NO N.DE P.	JORGE,SUSANA MARIA SOARES RODRIGUES L.DE OLIVEIRA	PORTO-LETRAS		86
O PORTO E O SEU TERMO (1580-1640). OS HOMENS,AS INSTITUIÇÕES E O PODER	SILVA,FRANCISCO RIBEIRO DA	PORTO-LETRAS		86
A CONSOLIDAÇÃO DO SALAZARISMO E A GUERRA CIVIL DE ESPANHA - 1936-1939 I E II VOL.	OLIVEIRA,ANTONIO CÉSAR GOUVEIA	TÉCNICA DE LISBOA-ISCSP		86
SOCIAL COMPLEXITY IN SOUTHWEST IBERIA - ASPECTS OF EVOLUTION AND INTERACTION	ARNAUD,MARIA TERESA JUDICE GAMITO MORAIS	COIMBRA-LETRAS	UNIVERSIDADE DE CAMBRIDGE	87
INQUISIÇÃO DE EVORA (1533-1668) - O MERCANTILISMO PORTUGUÊS DUARTE GOMES SOLIS (1561/2-c. 1630)	COELHO,ANTÓNIO BORGES	LISBOA-LETRAS		87
L'EXPEDITION DE SENNACHERIB EN PALESTINE DANS LA LITTERATURE HEBRAIQUE ANCIENNE	GONÇALVES,FRANCOLINO JOSÉ	LISBOA-LETRAS	UNIVERSITE CATHOLIQUE DE LOUVAIN	87
ENTRE-DOURO E MINHO 1750-1830 - FINANÇAS.ADMINISTRAÇÃO E BLOQUEAMENTOS ESTRUTURAIS NO PORTUGAL MODERNO.	CAPELA,JOSÉ VIRIATO EIRAS	MINHO		87
O POVOAMENTO PRÓTO-HISTÓRICO E A ROMANIZAÇÃO DA BACIA DO CURSO MÉDIO DO CÁVADO.	MARTINS,MARIA MANUELA DOS REIS	MINHO		87
O VINTISMO NO GRÃO-PARÁ: RELAÇÕES ENTRE IMPRENSA E PODER (1820-1823)	COELHO,GERALDO MARTIRES	NOVA DE LISBOA-FCSH		87
AS VÉSPERAS DO LEVIATHAN - INSTITUIÇÕES E PODER POLÍTICO - PORTUGAL SÉC.XVII	HESPAHNA,ANTÓNIO MANUEL BOTELHO	NOVA DE LISBOA-FCSH		87
A ARTE DA TALHA NO PORTO NA ÉPOCA BARROCA - ARTÍSTICAS E CLIENTELA - MATERIAIS E TÉCNICA	ALVES,NATALIA DO CARMO MARQUES M. FERREIRA	PORTO-LETRAS		87
A CULTURA CASTREJA NO NOROESTE DE PORTUGAL	SILVA,ARMANDO COELHO FERREIRA DA	PORTO-LETRAS		87
A MILITANCIA LAICA E A DESCRISTIANIZAÇÃO DA MORTE EM PORTUGAL - 1865-1911	CATROGA,FERNANDO JOSÉ DE ALMEIDA	COIMBRA-LETRAS		88
TEÓFILO BRAGA - FILOSOFIA E PENSAMENTO POLÍTICO-SOCIAL	HOMEM,AMADEU JOSÉ DE FIGUEIREDO CARVALHO	COIMBRA-LETRAS		88
PORTUGAL E A REVOLUÇÃO DE 1848	RIBEIRO,MARIA MANUELA DE BASTOS TAVARES	COIMBRA-LETRAS		88
OS AÇORES NOS SÉCULOS XV E XVI	SANTOS,JOÃO MARINHO DOS	COIMBRA-LETRAS		88
D.AFONSO II - RELAÇÕES DE PORTUGAL COM A SANTA SÉ DURANTE O SEU REINADO	VELOSO,MARIA TERESA NOBRE	COIMBRA-LETRAS		88
CRISTIANISMO E ISLAMISMO NA PENÍNSULA IBERICA-RAIMUND MARTI UM PRECURSOR DO DIÁLOGO RELIGIOSO	LAVAJO,JOAQUIM CHORÃO	ÉVORA		88
O DECLÍNIO DA SUPREMACIA BRITÂNICA EM PORTUGAL 1890-1939	MIRANDA,SACUNTALA DE	NOVA DE LISBOA-FCSH		88
A CASA SENHORIAL DO INFANTE D.HENRIQUE	SOUSA,JOÃO LUÍS DE LIMA SILVA DE	NOVA DE LISBOA-FCSH		88
O PORTO NA ÉPOCA DOS ALMADAS (1757-1804) ARQUITECTURA. OBRAS PÚBLICAS	ALVES,JOAQUIM JAIME BARROS FERREIRA	PORTO-LETRAS		88
CIRCULAÇÃO MONETÁRIA NO NOROESTE DE HISPANIA AS CORTES MEDIEVAIS PORTUGUESAS (1385-1490)	CENTENO,RUI MANUEL SOBRAL SOUSA,ARMINDO DE	PORTO-LETRAS PORTO-LETRAS		88 88
PERMANÊNCIA E MUDANÇA EM DUAS COMUNIDADES DO LITORAL: FIGUEIRA DA FOZ E BUARCOS ENTRE 1861 E 1910	CASCÃO,RUI DE ASCENSÃO FERREIRA	COIMBRA-LETRAS		89
DA VISIGÓTICA A CAROLINA - A ESCRITA EM PORTUGAL DE 882 A 1172 (ASPECTOS TÉCNICOS E CULTURAIS)	SANTOS,MARIA JOSÉ AZEVEDO	COIMBRA-LETRAS		89
OS LIVROS DE ARITMÉTICA (1519-1679): SUBSÍDIOS PARA A HISTÓRIA DA MENTALIDADE MODERNA EM PORTUGAL	ALMEIDA,ANTONIO AUGUSTO MARQUES DE	LISBOA-LETRAS		89
A MEDICINA POPULAR E A MAGIA NO SUL DE PORTUGAL: CONTRIBUIÇÃO PARA O ESTUDO DAS CORRENTES MENTAIS E ESPIRITUAIS	ARAÚJO,MARIA BENEDITA A.	LISBOA-LETRAS		89
POVOAMENTO E ESTRUTURA AGRÍCOLA NA ESTREMADURA CENTRAL: SÉC.XII A 1325	BARBOSA,PEDRO FERREIRA GOMES	LISBOA-LETRAS		89
O ARCO E A SERPENTE: PERSPECTIVA ANTROPOLÓGICA E ANÁLISE CIVILIZACIONAL NA OBRA TEÓRICA DE FRIEDRICH SCHILLER	CADETE,TERESA LOUREIRO	LISBOA-LETRAS		89
MEGALITISMO E METALÚRGIA NO ALTO ALGARVE ORIENTAL: UMA APROXIMAÇÃO INTEGRADA.	GONÇALVES,VICTOR DOS SANTOS	LISBOA-LETRAS		89
OS CAMINHOS DA PERFEIÇÃO: ESTUDO SOBRE O PENSAMENTO POLÍTICO E SOCIAL NA OBRA ENSAÍSTICA DE MATTHEW ARNOLD	MALAFIA,MARIA TERESA BARBIERI DE ATAIDE	LISBOA-LETRAS		89
O SUFIXO VERBAL NÃO ACUSATIVO EM HEBRAICO ANTIGO NO CONTEXTO SEMÍTICO DO NOROESTE	RAMOS,JOSE AUGUSTO MARTINS	LISBOA-LETRAS		89

OS SENTIDOS DO IMPÉRIO.QUESTÃO NACIONAL E QUESTÃO COLONIAL NA CRISE DO ANTIGO REGIME PORTUGUÊS	ALEXANDRE,MANUEL VALENTIM FRANCO	NOVA DE LISBOA-FCSH	89
ÉVORA NA IDADE MÉDIA	BEIRANTE,MARIA ÂNGELA GODINHO VIEIRA DA ROCHA	NOVA DE LISBOA-FCSH	89
A 2ª EXPERIÊNCIA CONSTITUCIONAL PORTUGUESA, 1826-1828	LOPES,MARIA HELENA C.DOS SANTOS OLIVEIRA	NOVA DE LISBOA-FCSH	89
REVOLUÇÃO LIBERAL E PROPRIEDADE.A VENDA DOS BENS NACIONAIS NO DISTRITO DE ÉVORA (1834-1852)	SILVEIRA,LUÍS NUNO ESPINHA DA	NOVA DE LISBOA-FCSH	89
O PAPADO E PORTUGAL NO TEMPO DE D. AFONSO III (1245-1279)	MARQUES,MARIA ALEGRIA FERNANDES	COIMBRA-LETRAS	90
PROPRIEDADE FUNDIÁRIA E RENDAS DA COROA NO REINADO DE D.DINIS	MARREIROS,MARIA ROSA FERREIRA	COIMBRA-LETRAS	90
DESAMORTIZAÇÃO E VENDA DOS BENS NACIONAIS EM PORTUGAL NA PRIMEIRA METADE DO SÉC.XIX	SILVA,ANTONIO MARTINS	COIMBRA-LETRAS	90
PORTUGAL E MARROCOS NO SÉCULO XV	FARINHA,ANTÓNIO MANUEL DIAS	LISBOA-LETRAS	90
D.JOÃO II: UM PERCURSO HUMANO E POLÍTICO NAS ORIGENS DA MODERNIDADE EM PORTUGAL	FERNANDES,MANUELA ROSA COELHO MENDONÇA DE MATOS	LISBOA-LETRAS	90
PRÉ-HISTÓRIA RECENTE DA BACIA DO MÉDIO E ALTO MONDEGO: ALGUMAS CONTRIBUIÇÕES PARA UM MODELO SOCIOCULTURAL	MARTINEZ,JOÃO CARLOS DE SENNA	LISBOA-LETRAS	90
PORTUGAL NA SEGUNDA GUERRA 1941-1945	TELO,ANTÓNIO JOSÉ BARREIROS	LISBOA-LETRAS	90
GENESE E EVOLUÇÃO DO IDEÁRIO DE ABEL SALAZAR.	CUNHA,NORBERTO AMADEU FERREIRA GONÇALVES	MINHO	90
A VIA PROTECCIONISTA DO LIBERALISMO PORTUGUÊS (POLÍTICA\ ECONOMICA E RELAÇÕES LUSO-BRITÂNICAS, 1834-1843)	BONIFÁCIO,MARIA DE FÁTIMA OLIVEIRA SILVA	NOVA DE LISBOA-FCSH	90
A CONCEPÇÃO NOBILIÁRQUICA DO ESPAÇO IBÉRICO. GEOGRAFIA DOS LIVROS DE LINHAGENS MEDIEVAIS PORTUGUESES (1280-1380)	KRUS,LUÍS FILIPE LLACH	NOVA DE LISBOA-FCSH	90
ESCRAVISMO E ANTIESCRAVISMO EM PORTUGAL - PERCURSO E PROBLEMATICA DA ABOLIÇÃO	PIMENTEL,MARIA DO ROSARIO PERDIÇÃO COSTA	NOVA DE LISBOA-FCSH	90
PORTUGAL ENTRE A PAZ E A GUERRA	ROSAS,FERNANDO JOSÉ MENDES	NOVA DE LISBOA-FCSH	90
THE DEVELOPMENT OF NINETEENTH CENTURY WORKING-CLASS HOUSING -THE 'ILHAS' IN OPORTO, PORTUGAL	TEIXEIRA,MANUEL ANTONIO CORREIA	NOVA DE LISBOA-FCSH	UNIVERSITY OF LONDON
A INQUISIÇÃO DE COIMBRA NO SÉCULO XVI - A INSTITUIÇÃO, OS HOMENS E A SOCIEDADE	MEA,ELVIRA CUNHA DE AZEVEDO SILVA	PORTO-LETRAS	90
OS ESCRAVOS NO AROUIPELAGO DA MADEIRA: SÉC.XV A XVII	VIEIRA,ALBERTO	AÇORES	91
VIOLÊNCIA, JUSTIÇA E SOCIEDADE RURAL.OS CAMPOS DE COIMBRA	VAQUINHAS,IRENE MARIA MONTEIRO MONTEZUNA CARVALHO MENDES	COIMBRA-LETRAS	91
UNIVERSOS FEMININOS EM PORTUGAL - RETRATO DA BURGUESIA EM LISBOA 1890-1930	BARREIRA,MARIA CECÍLIA GONÇALVES	NOVA DE LISBOA-FCSH	91
OS ANOS 40 EM PORTUGAL. O PAÍS, O REGIME E AS ARTES. RESTAURAÇÃO E CELEBRAÇÃO	BRITO,MARGARIDA MARIA ACCIOINOLI H.C.T.	NOVA DE LISBOA-FCSH	91
PROBLEMAS MARÍTIMOS ENTRE PORTUGAL E A FRANÇA NA 1ª METADE DO SÉCULO XVI	FERREIRA,ANA MARIA PEREIRA	NOVA DE LISBOA-FCSH	91
O COMPORTAMENTO POLÍTICO DOS MILITARES-FORÇAS ARMADAS E REGIMES POLÍTICOS EM PORTUGAL NO SÉC.XX	FERREIRA,JOSÉ MANUEL DE MEDEIROS	NOVA DE LISBOA-FCSH	91
A ARQUITECTURA DO RENASCIMENTO NO SUL DE PORTUGAL	MOREIRA,RAFAEL DE FÁRIA DOMINGUES	NOVA DE LISBOA-FCSH	91
A PINTURA PORTUGUESA DO RENASCIMENTO-ENSAIO DE CARACTERIZAÇÃO	TEIXEIRA,JOSÉ CARLOS DA CRUZ	NOVA DE LISBOA-FCSH	91
A EXPERIÊNCIA DA NATUREZA E A SENSIBILIDADE PRÉ-ROMÂNICA EM PORTUGAL - TEMAS DE CULTURA E SEU CONSUMO, 1780-1825	ARAÚJO,AGOSTINHO RUI MARQUES DE	PORTO-LETRAS	91
-	MOURINHO,ANTÓNIO RODRIGUES	PORTO-LETRAS	UNIVERSIDAD DE VALLADOLID
HISTÓRIA E SOCIOLOGIA DA PRESENÇA PORTUGUESA NO MUNDO E DA SOCIEDADE E ECONOMIA MODERNA DE PORTUGAL.	MENESES,AVELINO DE FREITAS DE	AÇORES	92
ARQUITECTURA NEOMEDIEVAL PORTUGUESA, 1780-1924	ANACLETO,MARIA REGINA DIAS BAPTISTA TEIXEIRA	COIMBRA-LETRAS	92
A UNIVERSIDADE DE COIMBRA 1700-1711: ESTUDO SOCIAL E ECONÓMICO.	FONSECA,FERNANDO TAVEIRA	COIMBRA-LETRAS	92
REGIME SENHORIAL. SOCIEDADE E VIDA AGRÁRIA. O MOSTEIRO	NETO,MARIA MARGARIDA SOBRAL SILVA	COIMBRA-LETRAS	92
DEPOIS DE ESPECTÁCULO TROVADORESCO. A ESTRUTURA DOS CANCIONEIROS PENINSULARES E AS RECOLHAS DOS SÉCULOS XIII E XIV	OLIVEIRA,ANTONIO RESENDE	COIMBRA-LETRAS	92
ANDRÉ GONÇALVES - UM PINTOR DO BARROCO PORTUGUÊS.	MACHADO,JOSÉ ALBERTO SIMÕES GOMES	ÉVORA	92
A ORDEM DO SABER NO UNIVERSO CULTURAL DOS DESCOBRIMENTOS PORTUGUESES	BARRETO,LUÍS FILIPE SOUSA	LISBOA-LETRAS	92
O ESTADO PORTUGUÊS DA ÍNDIA: DA RENDIÇÃO DE ORMUZ À PERDA DE COCHIM (1622-1663)	BLANCO,MARIA MANUELA SOBRAL	LISBOA-LETRAS	92

AS INDUSTRIAS LICTICAS PRE-HISTÓRICAS DO LITORAL MINHOTO (PORTUGAL) NO SEU CONTEXTO CRONÓSTRATIGRÁFICO E PALEOAMBIENTAL	BATISTA, JOSÉ LUÍS MEIRELES	MINHO		92
PORTUGAL EM ÁFRICA FACE A EUROPA (1875-1916)	MOTTA, CARLOS CESAR LIMA DA SILVA	NOVA DE LISBOA-FCSH	UNIVERSITE CATHOLIQUE DE LOUVAIN	92
O ARQUITECTO JOSÉ MARQUES DA SILVA E A ARQUITECTURA NO NORTE DO PAÍS NA 1ª METADE DO SÉC. XX.	CARVALHO, ANTONIO CARDOSO PINHEIRO DE	PORTO-LETRAS		92
THE PORTUGUESE IN THE AMAZON VALLEY, 1870-1920	SILVA, MARIA INÉS ABREU DE OLIVEIRA LUZES	PORTO-LETRAS	UNIVERSIDADE DE SOUTHAMPTON	92
QUEM GOVERNA? UMA ANÁLISE HISTÓRICO-SOCIAL DO TEMA DA ELITE	BESSA, ANTONIO MARQUES	TÉCNICA DE LISBOA-ISCS		92
O ISLÃO, O PODER E A GUERRA (MOÇAMBIQUE 1964-74)	MONTEIRO, FERNANDO AMARO	TÉCNICA DE LISBOA-ISCS		92
VINCERE REGES ET FACERE DOS TRATADOS COMO FUNDAMENTO DO IMPÉRIO DOS PORTUGUESES NO ORIENTE	SALDANHA, ANTÓNIO MARIA DE SOUSA E V. SIMÃO	TÉCNICA DE LISBOA-ISCS		92
UMA ESTRATÉGIA DE SUCESSO NUMA ECONOMIA PERIFÉRICA: A CASA BENSALDE E OS AÇORES, 1800-1873.	DIAS, MARIA DE FÁTIMA SILVA SEQUEIRA	AÇORES		93
ARTE MONÁSTICA EM LORVÃO: SOMBRAS E REALIDADE. DAS ORIGENS A 1737.	BORGES, NELSON CORREIA	COIMBRA-LETRAS		93
THE FELLOWSHIP OF ST. DIOGO NEW CHRISTIAN JUDAISERS IN EARLY 17TH CENTURY IN COIMBRA.	CARVALHO, JOÃO MANUEL ALMEIDA SARAIVA	COIMBRA-LETRAS	UNIVERSITY OF LEEDS	93
A NOBREZA DA CORTE DE D.AFONSO III	FERREIRA, LEONTINA DOMINGOS VENTURA DUARTE	COIMBRA-LETRAS		93
A PINTURA PROTO-BARROCA EM PORTUGAL, 1612-1657.	SERRÃO, VITOR MANUEL GUIMARÃES VERÍSSIMO	COIMBRA-LETRAS		93
A MADEIRA E A CONSTRUÇÃO DO MUNDO ATLÁNTICO - SÉC. XV A XVII	SILVA, JOSÉ MANUEL AZEVEDO	COIMBRA-LETRAS		93
A CIVITAS DE VISEU - ESPAÇO E SOCIEDADE	VAZ, JOÃO LUÍS INES	COIMBRA-LETRAS		93
ECONOMIA E ATITUDES ECONÓMICAS NO ALENTEJO OITOCENTISTA.	FONSECA, HELDER EDGAR TEIXEIRA DIAS	ÉVORA		93
O NACIONAL SINDICALISMO E SALAZAR. O FASCISMO PORTUGUÊS NO PERÍODO ENTRE AS DUAS GUÉRRAS.	PINTO, ANTÓNIO JORGE PAIS COSTA	ISCTE	INSTITUTO UNIVERSITÁRIO EUROPEU	93
THE RESEARCH SCHOOL OF CHEMISTRY OF ADOLPHE WURTZ, PARIS, 1853-1884.	CARNEIRO, ANA MARIA OLIVEIRA	LISBOA-LETRAS	UNIVERSITY OF KENT AT CANTERBURY	93
RICOEUR E A EXPRESSÃO SIMBÓLICA DO SENTIDO.	CORREIA, CARLOS JOÃO TAVARES NUNES	LISBOA-LETRAS		93
CONVERGING TRAJECTORIES, DIVERGING TRADITIONS: CHEMICAL BOND, VALENCE, QUANTUM MECHANICS AND CHEMISTRY, 1927-1937.	SIMÕES, ANA ISABEL SILVA ARAÚJO	LISBOA-LETRAS	MARYLAND	93
MOVIMENTOS POPULARES AGRÁRIOS EM PORTUGAL 1751-1825	TENGARRINHA, JOSÉ MANUEL MARQUES CARMO MENDES	LISBOA-LETRAS		93
ENTRE A REPÚBLICA E A ACACIA: O PENSAMENTO E A ACÇÃO DE EMÍLIO COSTA: 1897-1914	VENTURA, ANTONIO ADRIANO ASCENSÃO PIRES	LISBOA-LETRAS		93
PODER RÉGIO E LIBERDADES ECLESIÁSTICAS (1383-1450)	VENTURA, MARIA MARGARIDA RIBEIRO GARCES SILVA	LISBOA-LETRAS		93
ESPAÇO DA REPRESENTAÇÃO E LUGAR DO ESPECTADOR	ALMEIDA, BERNARDO ALBERTO FREY PINTO DE	MINHO		93
O PENSAMENTO DE SAMPAIO BRUNO - CONTRIBUIÇÃO PARA A HISTÓRIA DA FILOSOFIA EM PORTUGAL	GAMA, MANUEL ROSA GONÇALVES	MINHO		93
POVOAMENTO ROMANO DE TRAS-OS-MONTES ORIENTAL	LEMO, FRANCISCO MANUEL SALGUEIRO SANDE	MINHO		93
THE CIRCULATION OF CHILDREN IN EIGHTEENTH CENTURY SOUTHERN EUROPE: THE CASE OF THE FOUNDLING HOSPITAL OF PORTO.	SÁ, ISABEL CRISTINA DOS GUIMARÃES SANCHES	MINHO	FLORENÇA	93
A AROUIDIOCESE DE BRAGA NO SÉCULO XVII - SOCIEDADE E MENTALIDADES E MENTALIDADES PELAS VISITAÇÕES PASTORAIS (1550-1700)	SOARES, ANTÓNIO FRANQUELIM SAMPAIO NEIVA	MINHO		93
GENTES E ESPAÇOS (EM TORNO DA POPULAÇÃO PORTUGUESA NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XVI).	DIAS, JOÃO JOSÉ ALVES	NOVA DE LISBOA-FCSH		93
COMMERCE ET CHANGEMENT EN ANGOLA AU XIX ÈME SIECLE. IMBANGALA ET TSHOKWE FACE A LA MODERNITE.	HENRIQUES, ISABEL CARMONA B. R. DIAS C.	NOVA DE LISBOA-FCSH	UNIVERSITÉ DE PARIS I	93
O VINTISMO-HISTÓRIA DE UMA CORRENTE DOUTRINAL.	PEREIRA, ANTÓNIO JOAQUIM DA SILVA	NOVA DE LISBOA-FCSH		93
RETÓRICA DA PERFEIÇÃO (SOBRE ARQUITECTURA E ESCULTURA DE MAFRA).	PEREIRA, JOSÉ FERNANDES CARROLA	NOVA DE LISBOA-FCSH		93
LISBOA NO SÉCULO XIX - DINÂMICA POPULACIONAL E CRISES DE MORTALIDADE.	RODRIGUES, TERESA MARIA FERREIRA	NOVA DE LISBOA-FCSH		93
PAÇOS MEDIEVAIS PORTUGUESES - CARACTERIZAÇÃO E EVOLUÇÃO DA HABITAÇÃO NOBRE (SÉCULOS XII A XVI).	SILVA, JOSÉ CUSTÓDIO VIEIRA DA	NOVA DE LISBOA-FCSH		93
GOA NA SEGUNDA METADE DE SETECENTOS: ESBOÇO DE UM ENSAIO SÓCIO-CULTURAL.	TEODORO, MARIA DE JESUS C. MÁRTIRES LOPES	NOVA DE LISBOA-FCSH		93
OS BRASILEIROS-EMIGRAÇÃO E RETORNO NO PORTO OITOCENTISTA.	ALVES, JORGE FERNANDES	PORTO-LETRAS		93
AS CRISES DE MORTALIDADE NO CONCELHO DE BRAGA.	DAVID, HENRIQUE MANUEL PEBRE RODRIGUES	PORTO-LETRAS		93
FAMÍLIAS PORTUENSES NA VIRAGEM DO SÉCULO (1880-1910).	PEREIRA, GASPARD MANUEL MARTINS	PORTO-LETRAS		93

A IMPRENSA PERIÓDICA DO PORTO NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XIX - 1836-1850 - CACTISMO E SETEMBRISMO.	REIS, ANTÓNIO DO CARMO	PORTO-LETRAS		93
A RAINHA DA MISERICÓRDIA NA HISTÓRIA DA ESPIRITUALIDADE EM PORTUGAL NA ÉPOCA DO RENASCIMENTO.	SOUSA, IVO MANUEL VEIGA CARNEIRO DE	PORTO-LETRAS		93
A APRENDIZAGEM DA CIDADANIA. CONTRIBUTO PARA A DEFINIÇÃO DA CULTURA POLÍTICA VINTISTA.	VARGUES, ISABEL MARIA GUERREIRO NOBRE	COIMBRA-LETRAS		94
NAVEGAÇÃO, COMÉRCIO E RELAÇÕES PÚBLICAS: OS PORTUGUESES NO MEDITERRANEO OCIDENTAL (1385-1466)	BARATA, FILIPE MANUEL MIRANDA THEMUDO	ÉVORA		94
LEITURA E AGRICULTURA - A IMPRENSA PERIÓDICA CIENTÍFICA EM PORTUGAL (1772-1852).	NUNES, MARIA DE FÁTIMA	ÉVORA		94
A ARQUITECTURA MILITAR NA MADEIRA-SÉCULOS XV A XVII.	CARITA, RUI	LISBOA-LETRAS		94
LOS FILOSOFOS BIZANTINOS Y EL PODER: MAXIMO DE EFESO	SANTOS, F. DELFIN	LISBOA-LETRAS	AUTONOMA DE MADRID	94
A CORTE DOS REIS PORTUGUESES NO FINAL DA IDADE MÉDIA. (2 VOLS) PORTUGAL AND EMIGRATION, 1855-1914.	GOMES, RITA MARIA FERNANDES DA COSTA LEITE, JOAQUIM DA COSTA	NOVA DE LISBOA-FCSH NOVA DE LISBOA-FCSH	COLUMBIA UNIVERSITY	94 94
ARTE ROMANA TARDIA E PALEOCRISTÁ EM PORTUGAL.	MACIEL, MANUEL JUSTINO PINHEIRO	NOVA DE LISBOA-FCSH		94
IMAGENS DO PRÍNCIPE. DISCURSO NORMATIVO E REPRESENTAÇÃO (1525 - 1549).	SOUSA, ANA ISABEL DE LEMOS CARVALHAO BUESCU DE VASCONCELOS E	NOVA DE LISBOA-FCSH		94
A CONSTRUÇÃO DE UMA IDENTIDADE PROFISSIONAL - A ASSOCIAÇÃO DOS ENGENHEIROS CIVIS PORTUGUESES 1869-1937.	DIOGO, MARIA PAULA PIRES DOS SANTOS	NOVA DE LISBOA-FCT		94
HEBREUS E FILISTEUS NA TERRA DA CANAÁ: NOS PRÓDROMOS DA QUESTÃO PALESTIANA.	DIAS, JOSÉ AMADEU COELHO	PORTO-LETRAS		94
JUSTIÇA E CRIMINALIDADE NO PORTUGAL MEDIEVAL (1459-1481).	DUARTE, LUIS MIGUEL RIBEIRO DE OLIVEIRA	PORTO-LETRAS		94
O DIVERTIMENTO DO CORPO - CORPO, LAZER E DESPORTO EM PORTUGAL NA TRANSIÇÃO DO SÉC. XIX PARA O SÉC. XX AS ILHAS DE QUERIMBA OU DE CABO DELGADO.	SILVA, MARIA MANUELA VASCONCELOS HASSE DE ALMEIDA E BENTO, CARLOS LOPES	TÉCNICA DE LISBOA-FMH TÉCNICA DE LISBOA-ISCSP		94 94
A MORTE EM LISBOA ATITUDES E REPRESENTAÇÕES - 1700-1830.	ARAÚJO, ANA CRISTINA CARDOSO SANTOS BARTOLOMEU	COIMBRA-LETRAS		95
O AGLOMERADO URBANO DE SETÚBAL: CRESCIMENTO ECONÓMICO, CONTEXTO SOCIAL E CULTURA OPERÁRIA. 1880-1930	QUINTAS, MARIA DA CONCEIÇÃO FAUSTA PEGADO CABRITA PINTO	COIMBRA-LETRAS		95
ASPECTOS DO POVOAMENTO DA BEIRA INTERIOR (CENTRO E SUL) NOS FINAIS DA IDADE DO BRONZE (3 VOLUMES)	VILAÇA, RAQUEL MARIA ROSA	COIMBRA-LETRAS		95
MONUMENTOS MEGALÍTICOS DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SEVER-MARVÃO, CASTELO DE VIDE, NISA, VALÊNCIA DE ALCÁNTARA, HERRERA DE ALCÁNTARA E CEDILLO.	OLIVEIRA, JORGE MANUEL PESTANA FORTE DE	ÉVORA		95
ENTRE NEUTRALITÉ ET BELLIGERANCE. L'ENTREE DU PORTUGAL DANS LA GRAND GUERRE. OBJECTIF POLITIQUE ET STRATEGIES NATIONALES	TEIXEIRA, HENRIQUE NUNO PIRES SEVERIANO	ÉVORA		95
DROITS DES FEMMES ET PROTECTION DE LA MATERNITE EN FRANCE, 1892-1939	COVA, ANNE	ISCTE	INSTITUTO UNIVERSITÁRIO EUROPEU	95
CARVALHO ARAÚJO AND THE REPUBLICAN DISCOURSE	TURNER, EVA MARIA CARVALHO ARAÚJO CALDEIRA	ISCTE	LONDRES-KING'S COLLEGE	95
O ALÉM-GUADIANA PORTUGUÊS: DA RESTAURAÇÃO AO TRATADO DE UTREQUE (1640-1715).	COSME, JOÃO SANTOS RAMALHO	LISBOA-LETRAS		95
A CHINA NA CULTURA PORTUGUESA DO SÉCULO XVI: NOTÍCIAS, IMAGENS E VIVÊNCIAS	LOUREIRO, RUI MANUEL T. SOUSA	LISBOA-LETRAS		95
MEMÓRIA E NAÇÃO: HISTORIOGRAFIA PORTUGUESA DE DIVULGAÇÃO E NACIONALISMO: 1846-1898.	MATOS, SÉRGIO CARNEIRO DE CAMPOS	LISBOA-LETRAS		95
VENEZA E PORTUGAL NO SÉCULO XVI: SUBSÍDIOS PARA A SUA HISTÓRIA.	OLIVEIRA, JULIETA TEIXEIRA MARQUES DE	LISBOA-LETRAS		95
THE ELECTION OF ISRAEL IN THE THOUGHT OF MARTIN BUBER.	OLIVEIRA, MANUEL DUARTE DE	LISBOA-LETRAS	JERUSALEM	95
ESPAÇOS, HOMENS E RECURSOS; CONTRIBUTO PARA A HISTÓRIA DA PRODUÇÃO EM PORTUGAL (1475-1525)	PEREIRA, ANTÓNIO DOS SANTOS	LISBOA-LETRAS		95
O PALEOLÍTICO SUPERIOR DA ESTREMADURA PORTUGUESA.	ZILHÃO, JOÃO	LISBOA-LETRAS		95
VILAS, PODER RÉGIO E FRONTEIRA: O EXEMPLO DO ENTRE LIMA E MINHO MEDIEVAL.	ANDRADE, AMÉLIA AURORA AGUIAR DE	NOVA DE LISBOA-FCSH		95
JOSÉ AGOSTINHO DE MACEDO E A IDEOLOGIA CONTRA-REVOLUCIONÁRIA	CASTRO, MARIA IVONE CRISOSTOMO DE ORNELAS DE ANDRADE E	NOVA DE LISBOA-FCSH		95
O LIBERALISMO NOS AÇORES. RELIGIÃO E POLÍTICA (1800-1832)	ENES, MARIA FERNANDA DINIZ TEIXEIRA	NOVA DE LISBOA-FCSH		95
OS NOMES PRÓPRIOS NO IMPÉRIO NOVO.	LOPES, MARIA HELENA DO NASCIMENTO REGO PEREIRA TRINDADE	NOVA DE LISBOA-FCSH		95
A CASA E O PATRIMÓNIO DOS GRANDES PORTUGUESES (1750-1832)	MONTEIRO, NUNO GONÇALO PIMENTA DE FREITAS	NOVA DE LISBOA-FCSH		95
O DESEMBARGO DO PAÇO - 1750-1833 -	SUBTIL, JOSÉ MANUEL LOUZADA LOPES LEITE, MANUEL DA COSTA	NOVA DE LISBOA-FCSH NOVA DE LISBOA-FCT	UNIVERSITY OF ESSEX	95 95
OS BURGUESES DO PORTO NA 2ª METADE DO SÉCULO XIX.	CRUZ, MARIA ANTONIETA DA CONCEIÇÃO	PORTO-LETRAS		95
TONGOBRIGA.	DIAS, LINO AUGUSTO TAVARES	PORTO-LETRAS		95

A ARQUITECTURA DOS PRIMEIROS COLÉGIOS JESUÍTAS DE PORTUGAL: 1542-1759. CRONOLOGIA, ARTISTAS, ESPAÇOS.	MARTINS, FAUSTO SANCHES	PORTO-LETRAS		95
ECHOES FROM THE EAST: THE WESTERN NETWORK. NORTH RIBATEJO (PORTUGAL): AN INSIGHT TO UNEQUAL AND COMBINED DEVELOPMENT, 7.000-2.000 B.C..	OOSTERBEEK, LUÍS MIGUEL	PORTO-LETRAS	UNIVERSITY OF LONDON	95
-	SALDANHA, JOSÉ SEGISMUNDO RUGERONI DE	PORTO-LETRAS	UNIVERSITÉ DE PARIS I - SORBONNE	95
O ABRIGO DO BURACO DA PALA (MIRANDELA) NO CONTEXTO DA PRÉ-HISTÓRIA RECENTE DE TRAS-OS-MONTES E ALTO DOURO.	SANCHES, MARIA DE JESUS	PORTO-LETRAS		95
A SOCIEDADE MICAELENSE DO SÉCULO XVII: ESTRUTURAS E COMPORTAMENTOS.	GONÇALVES, MARIA MARGARIDA ROQUE DO VALE DE SA N. LALANDA	AÇORES		96
A CULTURA ERUDITA PORTUGUESA NOS SÉCULOS XIII E XIV (JURISTAS E TEÓLOGOS).	ANTUNES, JOSÉ	COIMBRA-LETRAS		96
A INFLUÊNCIA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA NA FORMAÇÃO DA NACIONALIDADE BRASILEIRA	GAUER, RUTH MARIA CHITTO	COIMBRA-LETRAS		96
O ESTADO, A IGREJA E A SOCIEDADE EM PORTUGAL, 1832-1911.	NETO, VÍTOR MANUEL PARREIRA	COIMBRA-LETRAS		96
BRUXARIA E SUPERSTIÇÃO NUM PAÍS SEM "ÇAÇA ÀS BRUXAS" - PORTUGAL 1600/1774.	PAIVA, JOSÉ PEDRO MATOS	COIMBRA-LETRAS		96
O MUNICÍPIO DE COIMBRA DA RESTAURAÇÃO AO POMBALISMO - PODER E PODEROSOS NA IDADE MODERNA.	SOARES, SÉRGIO MANUEL CUNHA GONÇALVES	COIMBRA-LETRAS		96
RESISTÊNCIAS POPULARES AO LIBERALISMO EM PORTUGAL - 1334/1844.	FERREIRA, MARIA DE FÁTIMA SÁ E MELO	ISCTE	SORBONNE	96
MERCADO E PRIVILEGIOS NA INDÚSTRIA PORTUGUESA (1750-1834).	MADUREIRA, NUNO LUÍS MONTEIRO	ISCTE		96
A IMAGEM HUMANA - O CASO DE OLIVEIRA MARTINS 1867-1955.	MAURÍCIO, CARLOS MANUEL COELHO	ISCTE		96
O MOSTEIRO DE SANTA CRUZ DE COIMBRA: SÉCULOS XII-XV. HISTÓRIA E INSTITUIÇÃO.	MARTINS, ARMANDO ALBERTO	LISBOA-LETRAS		96
A DIRECÇÃO GERAL DOS EDIFÍCIOS E MONUMENTOS NACIONAIS E A INTERVENÇÃO NO PATRIMÓNIO ARQUITECTÓNICO EM PORTUGAL (1929-1960).	NETO, MARIA JOÃO QUINTAS LOPES BAPTISTA	LISBOA-LETRAS		96
PENÍNSULA IBÉRICA: UM ESPAÇO, DOIS REINOS (INTERRELAÇÕES NA ÉPOCA DE CARLOS V).	BRAGA, ISABEL MARIA RIBEIRO MENDES DRUMOND	NOVA DE LISBOA-FCSH		96
ARTE E SOCIEDADE NA ÉPOCA DE D. JOÃO V.	CALADO, MARIA MARGARIDA TEIXEIRA BARRADAS	NOVA DE LISBOA-FCSH		96
ALFREDO DE ANDRADE - 1839-1915.	LADOUETTE, LUCILIA DA GLORIA VERDELHO DA COSTA	NOVA DE LISBOA-FCSH		96
A ILUMINURA ROMÂNICA EM SANTA CRUZ DE COIMBRA E SANTA MARIA DE ALCÓBAÇA - SUBSÍDIOS PARA O ESTUDO DA ILUMINURA EM PORTUGAL.	MIRANDA, MARIA ADELAIDE DA CONCEIÇÃO	NOVA DE LISBOA-FCSH		96
A ORGANIZAÇÃO DOS PODERES E ESTRUTURA SOCIAL - A ILHA DA MADEIRA, 1460-1521.	RODRIGUES, MIGUEL ANTONIO JASMINES PEREIRA	NOVA DE LISBOA-FCSH		96
EPIGRAFIA MEDIEVAL PORTUGUESA (862-1422).	BARROCA, MÁRIO JORGE LOPES NETO	PORTO-LETRAS		96
OS PRIMÓRDIOS DA CENTRALIZAÇÃO POLÍTICA EM PORTUGAL: A CONSTITUIÇÃO INTERCIENSE.	FONSECA, CELSO SILVA	PORTO-LETRAS		96
O PENSAMENTO IBERISTA EM PORTUGAL DE MEADOS DO SÉCULO XIX À REPÚBLICA.	PEREIRA, MARIA DA CONCEIÇÃO COELHO DE MEIRELES	PORTO-LETRAS		96
RESTAURO E CONSERVAÇÃO EM PORTUGAL DOS EDIFÍCIOS MEDIEVAIS. AS SUAS OBRAS DESDE FINAIS DO SÉC. XIX AOS MEADOS DO SÉC. XX.	ROSAS, LÚCIA MARIA CARDOSO	PORTO-LETRAS		96
AVEIRO E A SUA PROVEDORIA NO SÉCULO XVIII (1690-1814). ESTUDO ECONÓMICO DE UM ESPAÇO HISTÓRICO.	SILVA, MARIA INÉS FERREIRA AMORIM BRANDÃO DA	PORTO-LETRAS		96
O MÉDIO TEJO NOS FINAIS DA IDADE MÉDIA: A TERRA E AS GENTES.	CONDES, MANUEL SÍLVIO ALVES	AÇORES		97
O ALGARVE NO PROCESSO HISTÓRICO DO LIBERALISMO PORTUGUÊS (A ECONOMIA E A SOCIEDADE, 1820-1842).	MESQUITA, JOSÉ CARLOS VILHENA	ALGARVE		97
ASPECTOS DA CULTURA CIENTÍFICA PORTUGUESA ATÉ 1772	MARTINS, DÉCIO RUIVO	COIMBRA - CIÊNCIAS E TECNOLOGIAS		97
AS COMPANHIAS POMBALINAS - CONTRIBUTO PARA A HISTÓRIA DAS SOCIEDADES POR ACÇÕES EM PORTUGAL.	MARCOS, RUI MANUEL FIGUEIREDO	COIMBRA - DIREITO		97
A REDE VIÁRIA ROMANA DA FAIXA ATLÁNTICA ENTRE LISBOA E BRAGA.	MANTAS, VASCO GIL CRUZ SOARES	COIMBRA - LETRAS		97
A PENA DE MORTE - ESCRITA DA GUERRA EM PORTUGAL E NA EUROPA (SÉCS. XVI-XVIII).	NASCIMENTO, RUI MANUEL BEBIANO	COIMBRA - LETRAS		97
A GUERRA EM PORTUGAL NOS FINAIS DA IDADE MÉDIA.	MONTEIRO, JOÃO MANUEL FILIPE GOUVEIA	COIMBRA - LETRAS		97
O ALGARVE ORIENTAL DURANTE A OCUPAÇÃO ISLÂMICA - POVOAMENTO RURAL E RECINTOS FORTIFICADOS.	CATARINO, HELENA MARIA GOMES	COIMBRA - LETRAS		97
AQUI TAMBÉM É PORTUGAL. - A COLÓNIA PORTUGUESA DO BRASIL E O SALAZARISMO.	PAULO, HELOÍSA HELENA JESUS	COIMBRA - LETRAS		97
AFRIKA. EINE NEUE WELT IN DEUTSCHEN SCHRIFTEN DES 16. UND 17. JAHRHUNDERTS.	HANENBERG, MARILIA PEREIRA LÚCIO SANTOS LOPES	COIMBRA - LETRAS	OTTO-FRIEDRICH-UNIVERSITÄT BAMBERG	97

LA REPRESENTATION DU POUVOIR ROYAL À L'AGE BARROQUE PORTUGAIS (1687-1753)	GUÉRREIRO, LUÍS MANUEL RAMALHOSA	COIMBRA - LETRAS	ÉCOLE DES HAUTES ÉTUDES EN SCIENCES SOCIALES	97
CIÊNCIA, TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL NO PORTUGAL OITOCENTISTA. O CASO DOS LANIFICIOS DO ALENTEJO.	BARATA, ANA MARIA CARDOSO DE MATOS TEMUDO	ÉVORA		97
A "LÍNGUA DO VER" NA ESPANHA DOS ÁUSTRIAS: CRIAÇÃO DE MEMÓRIA E FIXAÇÃO DE IDEIAS	AMADO, MARIA TERESA ARAÚJO SILVA	ÉVORA		97
REDES CLIENTELARES DA CASA DE BRAGANÇA (1560-1640)	CUNHA, MAFALDA SOUSA MACHADO SOARES DA	ÉVORA		97
OS DIPLOMAS PRIVADOS EM PORTUGAL DOS SÉCULOS IX A XII: GESTOS E ATITUDES DE ROTINA DOS SEUS AUTORES MATERIAIS.	GUERRA, ANTÓNIO JOAQUIM RIBEIRO	LISBOA - LETRAS		97
TABELIONADO E INSTRUMENTO PÚBLICO EM PORTUGAL: GÉNESE E IMPLANTAÇÃO.	NOGUEIRA, BERNARDO SÁ	LISBOA - LETRAS		97
ÓBIDOS E A SUA REGIÃO NA BAIXA IDADE MÉDIA.	SILVA, MANUELA SANTOS	LISBOA - LETRAS		97
UMA REVOLUÇÃO PELA INDEPENDÊNCIA NACIONAL NOS FINAIS DO SÉCULO XIV.	VIEGAS, VALENTINO	LISBOA - LETRAS		97
GUIMARÃES: 'DUAS VILAS, UM SÓ POVO'. ESTUDO DE HISTÓRIA URBANA (1250-1389).	FERREIRA, MARIA DA CONCEIÇÃO FALCÃO	MINHO		97
NATUREZA E CULTURA: A IDEIA DE ORIGEM DA FILOSOFIA BRASILEIRA.	BATISTA, LUIS ALBERTO CERQUEIRA	NOVA DE LISBOA - CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS		97
A INQUISIÇÃO NOS AÇORES.	BRAGA, PAULO CÉSAR DRUMOND	NOVA DE LISBOA - CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS		97
SUA MAJESTADE FIDELÍSSIMA: DA MONARQUIA, IMAGEM DA REALEZA IDEAL E EDUCAÇÃO DO REI NO ABSOLUTISMO PORTUGUÊS E EUROPEU.	CANAVEIRA, MANUEL FILIPE CRUZ DE. MORAIS	NOVA DE LISBOA - CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS		97
A NOBREZA NO REINADO DE D. FERNANDO I (1367-1383).	FRIGHETTO, FÁTIMA REGINA FERNANDES	PORTO - LETRAS		97
CRIME E MARGINALIDADE EM PORTUGAL NO SÉC. XIX - A ÁREA DA RELAÇÃO DO PORTO.	SANTOS, MARIA JOSÉ VIEIRA DA SILVA MOUTINHO	PORTO - LETRAS		97
ROMANIZAÇÃO DO LITORAL MINHOTO.	ALMEIDA, CARLOS ALBERTO BROCHADO DE	PORTO - LETRAS		97
COMÉRCIO E DIPLOMACIA NAS RELAÇÕES LUSO-AMERICANAS	RIBEIRO, JORGE MANUEL MARTINS	PORTO - LETRAS		97
UMA REVOLUÇÃO PELA INDEPENDÊNCIA NACIONAL NOS FINAIS DO SÉCULO XIV.	VIEGAS, VALENTINO	UNIVERSIDADE DE LISBOA		97

\* Informação não disponível

Fonte: OCT e Instituto de Prospectiva, Doutoramentos e Equivalências a Doutoramento nas Universidades Portuguesas

Projectos de I&D financiados pelo Ministério da Ciência e da Tecnologia, em curso em Novembro de 1997, em História

Referência	Título	Instituição Proponente	Investigador Responsável	Data de Aprovação	Duração (em meses)	Financiamento (10 <sup>3</sup> ESC)	
Praxis XXI - 2/2.1/CSH/734/95	MERTOLA ISLÂMICA: RECURSOS ECONÓMICOS E QUOTIDIANO.	ISLAMIC MERTOLA: ECONOMIC RESOURCES AND DAILY LIFE	CAMPO ARQUEOLÓGICO DE MERTOLA	CLAUDIO FIGUEIREDO TORRES	96	24	12.000
Praxis XXI - 2/2.1/CSH/699/95	PATRIMÓNIO EDIFICADO E TECNOLOGIAS TRADICIONAIS DE CONSTRUÇÃO. ESTUDOS, PRESERVAÇÃO E VALORIZAÇÃO DE EDIFÍCIOS E CONJUNTOS PATRIMONIAIS NA REGIÃO DE MERTOLA.	A GUIDE TO ARCHIVAL AND BIBLIOGRAPHICAL SOURCES FOR THE HISTORY OF BOOKS IN PORTUGAL (FROM THE XVI TO THE XVIII CENTURY)	CAMPO ARQUEOLÓGICO DE MERTOLA	JOAO AUGUSTO DA SILVA APPLETON	96	36	20.000
Praxis XXI - 2/2.1/CSH/711/95	GUIA DE FONTES ARQUIVÍSTICAS E BIBLIOGRÁFICAS PARA A HISTÓRIA DO LIVRO EM PORTUGAL.	A GUIDE TO ARCHIVAL AND BIBLIOGRAPHICAL SOURCES FOR THE HISTORY OF BOOKS IN PORTUGAL (FROM THE XVI TO THE XVIII CENTURY)	FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS DA UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA - FCSHJNL	DIOGO S. RAMADA CURTO	96	36	9.200
SPP - PRAXIS/PCSH/HAR/140/96	CENSOS PORTUGUESES DA PRIMEIRA METADE DO SÉC. XIX	PORTUGUESE POPULATION CENSUSES FROM THE FIRST HALF OF THE NINETEENTH CENTURY	FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS DA UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA - FCSHJNL	LUIS NUÑO ESPINHA DA SILVEIRA	97	24	5.409
Praxis XXI - 2/2.1/CSH/829/95	DICIONÁRIO BIOGRÁFICO DA EXPANSÃO PORTUGUESA (1415-1974).		FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS DA UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA - FCSHJNL	FRANCISCO BETHENCOURT	97	36	10.000
SPP - PCSH / C / HIS / 1008 / 95	ESTRUTURAS SOCIO-ECONÓMICAS E INDUSTRIALIZAÇÃO NO NORTE DE PORTUGAL (SÉCS XIX - XX)	SOCIO-ECONOMICAL STRUCTURES AND INDUSTRIALIZATION IN THE NORTH OF PORTUGAL	FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DO PORTO	FERNANDO PEREIRA DE SOUSA	95	36	6.755
SPP - PCSH / C / HIS / 983 / 95	HISTÓRIA DA VITICULTURA DURIENSE E DO VINHO DO PORTO	HISTORY OF THE PRODUCTION OF WINE AND PORT IN THE DOURO REGION	FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DO PORTO	GASPAR MARTINS PEREIRA	95	36	7.000
SPP - PCSH / C / HIS / 1003 / 95	A SOCIEDADE MEDIEVAL NOS SÉCULOS XIII A XV	MEDIEVAL HISTORY - QUESTIONS RELATED WITH THE PORTUGUESE SOCIETY DURING THE XIII TO XV CENTURIES	FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DO PORTO	HUMBERTO BAGUEIRO MORENO	95	36	5.400
Praxis XXI - 2/2.1/CSH/702/95	SANTUÁRIOS E ITINERÁRIOS DE SANTIDADE NO NORTE DE PORTUGAL (PATRIMÓNIO, ECOLOGIA, ARTE, BIBLIOTECAS E ARQUIVOS).	SHRINES AND PILGRIMAGE ROUTES IN THE NORTH OF PORTUGAL (PATRIMONY, ECOLOGY, ART, LIBRARIES AND ARCHIVES)	FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DO PORTO	JOSE ADRIANO MOREIRA DE FREITAS CARVALHO	96	36	15.000
SPP - PRAXIS/PCSH/HAR/72/96	CIÊNCIA, TECNOLOGIA E IMPÉRIO	SCIENCE, TECHNOLOGY AND THE EMPIRE	FUNDAÇÃO DA FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA DA UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA	MARIA PAULA PIRES DOS SANTOS DIOGO	97	24	6.900
Praxis XXI - 2/2.1/CSH/863/95	FONTES CARTOGRAFICAS PORTUGUESES DOS SÉCULOS XIX E XX AS INSTITUIÇÕES E OS MAPAS.	SOURCES OF 19TH AND 20 TH CENTURY PORTUGUESE CARTOGRAPHY INSTITUTIONS AND MAPS	FUNDAÇÃO DA UNIVERSIDADE DE LISBOA	MARIA FERNANDA ALEGRIA	96	36	11.000
SPP - PCSH / C / HAR / 1001 / 95	A EVOLUÇÃO DAS PRIMEIRAS SOCIEDADES CAMPONESES E AS GEOMETRIAS DO TERRITÓRIO EM REGUEINGOS DE MONSARAZ (4000-2000 AC)	THE EVOLUTION OF THE FIRST PEASANT SOCIETIES AND THE LANDSCAPE ARCHAEOLOGY AT REGUEINGOS DE MONSARAZ	FUNDAÇÃO DA UNIVERSIDADE DE LISBOA	VICTOR S. GONÇALVES	95	36	7.880
SPP - PRAXIS/PCSH/HAR/62/96	MEDUSA - PEDREIRAS DO MOSTEIRO DA BATALHA: HISTÓRIA DA LAVRA DAS PEDREIRAS NA CONSTRUÇÃO E NO RESTAURAMENTO DO MONUMENTO	MEDUSA - QUARRIES EXPLOITED FOR MONASTERY OF BATALHA: HISTORY OF QUARRYING EXPLOITATION IN THE CONSTRUCTION AND RESTORATION OF THAT MONUMENT	INSTITUTO DA HISTÓRIA DA ARTE DA FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DE LISBOA- IHAFL	MARIA JOAO QUINTAS LOPES BAPTISTA NETO	97	24	17.050
Praxis XXI - 2/2.1/CSH/769/95	OPTIMA PARS. ELITES DA SOCIEDADE PORTUGUESA DE ANTIGO REGIME (SEC. XVI A XVIII).	OPTIMA PARS. RULING ELITES IN THE ANCIENT REGIME PORTUGUESE SOCIETY (16TH TO 18TH CENTURIES)	INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIVERSIDADE DE LISBOA - ICS	ANTONIO MANUEL BOTELHO HESPAÑHA	96	36	15.000
Praxis XXI - 2/2.1/CSH/770/95	PROSPECTIVA DO DIREITO E DA JUSTIÇA EM MACAU 1995-2045		INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIVERSIDADE DE LISBOA - ICS	ANTONIO MANUEL BOTELHO HESPAÑHA	96	36	15.590
Praxis XXI - 2/2.1/CSH/710/95	INFORMATIZAÇÃO DO ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO: GUIA DE FONTES DOCUMENTAIS PARA A HISTÓRIA DAS ANTIGAS COLÓNIAS PORTUGUESES DOS SÉCULOS XVI A XX.	AUTOMATIZATION OF THE ARQUIVO ULTRAMARINO: GUIDE OF DOCUMENTAL SOURCES FOR THE HISTORY OF THE ANCIENT PORTUGUESE COLONIES, FROM THE 16TH UP TO 20TH CENTURIES	INSTITUTO DE INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA TROPICAL - IICT	INACIO JOSE GUERREIRO	96	36	20.000
Praxis XXI - 2/2.1/CSH/802/95	ESTATÍSTICAS HISTÓRICAS PORTUGUESES (SÉCULOS 18 A 20).	PORTUGUESE HISTORICAL STATISTICS (18th — 20th CENTUARIES)	INSTITUTO SUPERIOR DE ECONOMIA E GESTÃO - ISEG	NUÑO JOAO DE OLIVEIRA VALERIO	96	36	6.000
Praxis XXI - 2/2.1/HIS/13/94	MUSEU NACIONAL DO AZULEJO	DEVELOPMENT OF NEW TECHNOLOGIES AND PRODUCTS FOR THE RESTAURATION AND PRESERVATION OF OLD TILES	MUSEU NACIONAL DO AZULEJO	JOAO CASTELO BRANCO PEREIRA	95	36	19.840
SPP - PRAXIS/PCSH/HAR/70/96	A OCUPAÇÃO HUMANA PALEOLÍTICA DO ALGARVE	THE PALEOLITHIC HUMAN OCCUPATION OF ALGARVE	UNIDADE DE CIÊNCIAS EXACTAS E HUMANAS DA UNIVERSIDADE DO ALGARVE - UCEH	NUÑO FERREIRA BICHO	97	24	11.220
Praxis XXI - 2/2.1/CSH/801/95	FONTES DOCUMENTAIS.		UNIVERSIDADE AUTÓNOMA DE LISBOA - UAL	MIGUEL FILIPE FERREIRA FIGUEIRA DE FARIA	96	24	20.000
SPP - PCSH / C / HIS / 978 / 95	O MOVIMENTO CATÓLICO E A PRESENÇA DA IGREJA NA SOCIEDADE PORTUGUESA (SÉCS. XIX-XX)	THE "CATHOLIC MOVEMENT" AND THE PRESENCE OF THE CHURCH IN THE PORTUGUESE SOCIETY (19TH-20TH CENTURY)	UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA - UCP	MANUEL NASCIMENTO CLEMENTE	95	36	6.250
SPP - PCSH / C / HIS / 1021 / 95	PORTUGAL E A INTEGRAÇÃO EUROPEIA - UMA PERSPECTIVA HISTÓRICA	PORTUGAL AND THE EUROPEAN INTEGRATION - AN HISTORICAL PERSPECTIVE	UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA - UCP	NUÑO SEVERIANO TEIXEIRA	95	36	6.600
Praxis XXI - 2/2.1/CSH/815/95	RIA DE AVEIRO A. SALVAMENTO E ESTUDOS DOS VESTÍGIOS ARQUEOLÓGICOS DE UMA EMBARCAÇÃO DO SÉC. XV.	RIA DE AVEIRO A. SALVATION AND STUDY OF THE ARCHAEOLOGICAL REMAINS OF A 15TH CENTURY BOAT	UNIVERSIDADE DE AVEIRO	FRANCISCO JOSE SOARES ALVES/A. ISABEL ALARCÃO	97	36	40.000
SPP - PCSH / C / HAR / 984 / 95	ESTUDO COMPARATIVO INTERDISCIPLINAR DE DUAS JAZIDAS ARQUEOLÓGICAS SUBAQUÁTICAS DA RIA DE AVEIRO	COMPARATIVE AND INTERDISCIPLINARY STUDY OF TWO SUBAQUATIC ARCHAEOLOGICAL SITES OF THE RIA DE AVEIRO	UNIVERSIDADE DE AVEIRO	FRANCISCO JOSE SOARES ALVES	95	36	6.800
SPP - PLUS / S / CUL / 1161 / 95	A HISTÓRIA DAS RELAÇÕES CULTURAIS ENTRE PORTUGAL E A HUNGRIA (SEC. XIII - XX)		UNIVERSIDADE DE ELTE	ISTVAN BAKOCZI	95	24	5.230
Praxis XXI - 2/2.1/CSH/768/95	FONTES IMPRESSAS PARA A HISTÓRIA DA CIÊNCIA - PORTUGAL SÉCULOS XVII A XIX E 1 <sup>o</sup> QUARTEL DO SÉC. XX.		UNIVERSIDADE DE EVORA	MARIA DE FATIMA NUNES	96	24	8.000
SPP - PRAXIS/PCSH/HAR/63/96	O PODER ECONÓMICO, SOCIAL E POLÍTICO DO CABIDO DA SE DE BRAGA NOS FINAIS DA IDADE MÉDIA (SÉCULOS XIII-XV)	THE ECONOMIC, SOCIAL AND POLITICAL POWER OF THE CHAPTER OF BRAGA CATHEDRAL AT THE END OF THE MIDDLE AGES (13TH - 15TH CENTURY)	UNIVERSIDADE DO MINHO	ANA MARIA S. A. RODRIGUES	97	24	9.801
SPP - PRAXIS/PCSH/HAR/59/96	POVOAMENTO PRÉ-HISTÓRICO E PALEOECOLOGIA NAS SERRAS DE MÉDIA ALTITUDE DO NORTE DE PORTUGAL	PREHISTORIC SETTLEMENT AND PALEOECOLOGY OF MIDDLE ALTITUDE SIERRAS OF NORTHERN PORTUGAL	UNIVERSIDADE DO MINHO	JOSE LUIZ MEIRELES BATISTA	97	24	14.500
SPP - PCSH / C / HIS / 985 / 95	A PRODUÇÃO CERÁMICA DO NORTE (SÉCS. XII-XX). ESTUDO HISTÓRICO, TIPOLOGICO E LABORATORIAL	CERAMIC PRODUCTION OF THE NORTH (XII - XX CENTURIES). A HISTORICAL, TYPOLOGICAL AND LABORATORY STUDY	UNIVERSIDADE DO MINHO	JOSE VÍRIATO EIRES CAPELA	95	36	6.400
SPP - PRAXIS/PCSH/HAR/202/96	AS ELITES DO NORTE DE PORTUGAL NA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL (1750-1834)	THE PORTUGUESE NORTHERN ELITES IN CITY COUNCIL ADMINISTRATION	UNIVERSIDADE DO MINHO	JOSE VÍRIATO EIRES CAPELA	97	24	8.905
SPP - PRAXIS/PCSH/HAR/68/96	ARQUEOLOGIA URBANA, MODELOS INFORMÁTICOS E SISTEMAS DE AVALIAÇÃO	URBAN ARCHAEOLOGY, COMPUTATIONAL MODELS AND EVALUATION SYSTEMS	UNIVERSIDADE DO MINHO	MARIA MANUELA DOS REIS MARTINS	97	24	16.800
Praxis XXI - 2/2.1/CSH/685/95	INFORMATIZAÇÃO NORMALIZADA DE ARQUIVOS RECONSTITUIÇÃO DE PARÓQUIAS E HISTÓRIA DAS POPULAÇÕES.		UNIVERSIDADE DO MINHO	MARIA NORBERTA DE SIMAS BETTENCOURT ANDRIM	96	36	27.202

Fonte: OCT, Praxis XXI, FCT, Projectos em curso em Novembro de 1997, financiados pelo MCT